

Sumitomo
Chemical do Brasil
Indústria Química
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de março de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Sumitomo Chemical do Brasil Indústria Química S.A.

Resiliência e união de forças expressam bem o que foi este último ano para a Sumitomo Chemical Brasil. Em um cenário marcado pela pandemia, pela instabilidade política e econômica e pela mudança de controle acionário, tivemos a oportunidade de reafirmar e até mesmo ressignificar nosso propósito com a sociedade e com o meio ambiente.

Unimos esforços e iniciamos um novo capítulo da nossa história. Passamos a fazer parte do Grupo Sumitomo Chemical, caminho este que acreditamos ser o melhor para os nossos negócios, a nossa gente, os nossos clientes e para o futuro da agricultura. A alteração do controle acionário a partir de 1º de abril de 2020, bem como a mudança do exercício social de Agosto a Julho para Abril a Março, impedem a perfeita comparabilidade entre os exercícios contábeis apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

Alimentar a população mundial de forma sustentável é um desafio, especialmente para países como o Brasil, com vocação natural para o agronegócio. Atualmente, somos quase 8 bilhões de habitantes no planeta e, em 2050, a expectativa é de atingirmos ao redor de 10 bilhões, segundo estimativa da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura).

A combinação de crescimento populacional, urbanização e aumento do poder aquisitivo provocará o crescimento exponencial na demanda por alimentos. Mas não basta suprir a demanda, é indispensável unir aumento de produtividade com conservação ambiental para garantir a segurança alimentar. Com recursos naturais limitados, o aumento da demanda deverá ser suportado, necessariamente, pelo aumento de produtividade, por novas tecnologias de cultivo sustentável e por inovações.

A Sumitomo Chemical Brasil está comprometida com a promoção da sustentabilidade, agindo de acordo com os Princípios de Negócios do Grupo Sumitomo Chemical, inspirados no conceito tradicional japonês da “Jiri-Rita Koushi-Ichinyo”, que propõe a harmonia entre o indivíduo, a nação e a sociedade. Aplicado aos negócios da Companhia, esse conceito significa que os negócios devem beneficiar a Companhia (jiri) e, ao mesmo tempo, servir aos interesses da nação e da sociedade (rita). Esse ensinamento enfatiza a importância de manter a harmonia entre os interesses de uma empresa e os do público (koushi-ichinyo).

Fundada em 1968, nossa empresa, através da crença de seus colaboradores em uma forte filosofia baseada no respeito e nos valores corporativos, sempre incorporou um senso de responsabilidade para com a sociedade e a natureza na criação de suas inovações. Com seus dois Centros de Pesquisa, um dedicado a inovações convencionais e outro a inovações bioracionais, a Sumitomo Chemical está assumindo uma posição de liderança no desenvolvimento da agricultura do amanhã, com base em suas soluções híbridas, que são ofertas que equilibram o portfólio de produtos químicos com produtos de origem natural, os chamados bioracionais.

Para nós, da Sumitomo Chemical, a agricultura deve atender às necessidades futuras da produção de alimentos em relação à qualidade e à produtividade, mas também tem o dever de cuidar da segurança dos alimentos e do meio-ambiente.

Para colaborar com estes objetivos ambiciosos, planejamos o lançamento de 3 a 5 novos produtos de proteção de cultivos e de bioracionais por ano, nos posicionando como uma das empresas mais inovadoras do nosso segmento no mercado brasileiro. Além da inovação, a Companhia tem um posicionamento único no mercado com a linha de bioracionais, com tecnologias sustentáveis, amigáveis ao meio ambiente, com baixa pegada de carbono e muito seguras ao aplicador.

Em 2020, em meio ao cenário de Covid-19, permanecemos incansáveis. Enfrentamos o desafio de substituir a proximidade e a confiança de um relacionamento pessoal para um atendimento digital, superamos restrições de crédito, falta de insumos, de matérias-primas e volatilidade do dólar. Concentramos nossos esforços para gerar cada vez mais valor aos nossos clientes, prover soluções inovadoras e sustentáveis, desenvolver um robusto portfólio de produtos de alta qualidade e contribuir fortemente para a evolução da agricultura brasileira.

Investimos ainda mais em soluções híbridas inovadoras que contribuem para a evolução dos sistemas produtivos e a eficiência dos manejos, maximizando a produtividade e, ao mesmo tempo, minimizando o impacto ambiental. Permanecemos focados na implementação de diversas ações de fortalecimento da nossa posição no mercado brasileiro e continuamos transformando constantemente o nosso negócio para oferecer uma experiência superior aos nossos clientes. Neste ano, mesmo em meio a um cenário de pandemia, mantivemos, com muita segurança, nossa proximidade com os clientes e o mercado e realizamos mais de 5 eventos remotos ou presenciais por dia, quase 1.000 treinamentos e 300 eventos estratégicos ao longo do ano. Isso mostra que nosso plano está claramente direcionado e centralizado em nossos clientes.

Nosso índice de satisfação dos clientes, calculado através da metodologia NPS (Net Promoter Score), vem crescendo de forma consistente desde o início de sua apuração, saindo de 30% no ano de 2015 para 60% neste ano de 2020-21.

Mesmo com impacto da volatilidade do dólar no custo dos insumos e diante da forte atuação de nossos competidores, conseguimos alcançar resultados expressivos e solidificamos a nossa presença no mercado de soluções para agricultura, através da expansão da nossa capacidade de produção, do crescimento das vendas, da gestão mais eficiente do capital de giro e do aumento da rentabilidade do nosso negócio.

Além de assegurar a sustentabilidade da produção no campo, nosso maior compromisso é cuidar de nossos colaboradores e, para isso, foram implementadas diversas medidas preventivas com o objetivo de minimizar a proliferação da Covid-19 e assegurar a saúde física e mental da nossa gente. Nesse momento difícil, nosso time não mediu esforços para permanecer presente na vida dos nossos clientes, consumidores e fornecedores e para manter o agronegócio pulsante e comprometido em continuar trabalhando para que não falte alimento na mesa da população.

Acreditamos, firmemente, no potencial do nosso país, no talento e na resiliência do nosso povo e na força do trabalho para a superação dos desafios. Seguiremos em frente, unidos e ainda mais fortalecidos, para darmos continuidade à nossa missão de contribuir para um amanhã melhor, oferecendo soluções sustentáveis para a produção de alimentos e a saúde da sociedade.

Maracanaú, 30 de junho de 2021.

Fernando Manzeppi.
Diretor Presidente Brasil



KPMG Auditores Independentes
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros da
Sumitomo Chemical do Brasil Indústria Química S.A
Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sumitomo Chemical do Brasil Indústria Química S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Sumitomo Chemical do Brasil Indústria Química S.A. em 31 de março de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Critérios para determinação da provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber

Veja a Nota 9 e 31 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

A Companhia analisa periodicamente o seu contas a receber com o objetivo de determinar a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do contas a receber. Os critérios para determinação da perda por redução ao valor recuperável do contas a receber são documentados em políticas internas e compreendem, por sua natureza, a utilização de estimativas e premissas significativas pela administração da Companhia quanto às perdas esperadas, que incluem fatores externos e internos. Assim, a Administração considera o tempo de atraso, inadimplência, as garantias existentes e a performance individual dos clientes para fins de determinação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.

Devido à relevância do contas a receber e da provisão constituída, além do uso de estimativas e premissas significativas é composta por elementos quantitativos, qualitativos e julgamentos baseados em indicativos de inadimplência, como atrasos, renegociações, disputas judiciais e performance da safra, para a determinação da provisão para redução ao valor recuperável, e que quaisquer alterações poderiam impactar de forma relevante as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a:

- Análise da política de provisão para perda por redução ao valor recuperável, de acordo com o CPC 48 (IFRS 9), incluindo avaliação dos critérios adotados pela Administração para mensuração da perda estimada de crédito esperada.
- Avaliação dos critérios utilizados pela Companhia para determinar as perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber. Isso incluiu a avaliação do desenho e implementação dos controles internos.
- Avaliação quanto a suficiência e razoabilidade dos critérios, premissas e dados utilizados pela Companhia para determinar as dificuldades financeiras do devedor, probabilidade de insolvência e outros fatores indicativos da deterioração do crédito, atentando para políticas de recebimento de créditos de difícil liquidação em comparação com dados históricos, títulos com acordos judiciais, recálculo do saldo da perda por redução ao valor recuperável com base no atraso do contas a receber e estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito esperadas.
- Avaliação das divulgações em notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos, consideramos aceitáveis a provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber e das respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase – Alteração de exercício social

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.1, que descreve a alteração do exercício social da Companhia, que passou a iniciar no primeiro dia do mês de abril e terminar no último dia do mês de março do ano subsequente. Conseqüentemente, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de março de 2021 são apresentadas para o período de 12 meses, enquanto que os valores correspondentes para o exercício findo em 31 de março de 2020 estão apresentados para um período de 8 meses. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 30 de junho de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Sumitomo Chemical do Brasil Indústria Química S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	166.062	127.502	Fornecedores	18	1.180.194	1.065.373
Contas a receber de clientes	9	1.692.452	1.721.443	Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	830.832	1.159.548
Estoques	10	549.280	737.558	Financiamentos de tributos	20	5.155	3.130
Impostos a recuperar	12	61.334	53.631	Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	22	59.923	21.669
Imposto de renda e contribuição social	12	10.542	30.171	Passivo de arrendamento	21	9.071	6.326
Adiantamentos		8.346	2.129	Adiantamentos de clientes		4.656	11.519
Empréstimos concedidos - partes relacionadas	11	198	87.982	Outras contas a pagar	23	65.907	23.936
Instrumentos financeiros derivativos	31a	74.306	7.558				
Outros créditos	13	19.928	27.352				
Total ativo circulante		2.582.448	2.795.326	Total passivo circulante		2.155.738	2.291.501
Contas a receber de clientes	9	228.188	163.545	Não circulante			
Impostos a recuperar	12	44.227	45.051	Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	324.003	235.552
Ativo fiscal diferido	14	46.457	33.717	Financiamentos de tributos	20	9.941	9.652
Depósitos judiciais		24.494	21.147	Passivo de arrendamento	21	13.072	6.659
Empréstimos concedidos - partes relacionadas	11	79.990	-	Provisão para contingências	24	1.348	318
Bens destinados a venda		6.703	7.691				
Outros investimentos	15	45.076	56.147	Total passivo não circulante		348.364	252.181
Outros créditos	13	49	438				
				Patrimônio líquido			
Total realizável a longo prazo		475.184	327.736	Capital social	25	793.289	793.289
Imobilizado	16	114.166	86.124	Reservas de capital	25	3.431	3.431
Direito de uso	21	21.381	12.752	Reservas de lucros	25	106.635	92.061
Investimentos		49	49	Ajustes de avaliação patrimonial	25	4.305	693
Intangível	17	157.132	147.571	Prejuízos acumulados	25	(61.402)	(63.598)
		292.728	246.496	Total do patrimônio líquido		846.258	825.876
Total ativo não circulante		767.912	574.232				
Total do ativo		3.350.360	3.369.558	Total do passivo e patrimônio líquido		3.350.360	3.369.558

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sumitomo Chemical do Brasil Indústria Química S.A.

Demonstrações de resultados

Exercício de doze meses findo em 31 de março de 2021 e período de oito meses findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita de vendas	26	3.087.681	1.523.573
Custos dos produtos vendidos e das mercadorias revendidas	27	<u>(2.508.764)</u>	<u>(1.164.239)</u>
Lucro bruto		<u>578.917</u>	<u>359.334</u>
Despesas de vendas	29	(270.407)	(166.444)
Administrativas e gerais	28	(141.974)	(94.730)
Perdas esperadas de contas a receber	29	(54.937)	(13.519)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		<u>4.175</u>	<u>19.000</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>115.774</u>	<u>103.641</u>
Receitas financeiras	30	161.430	267.050
Despesas financeiras	30	<u>(254.433)</u>	<u>(313.259)</u>
Despesas financeiras líquidas	30	<u>(93.003)</u>	<u>(46.209)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>22.771</u>	<u>57.432</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	32	(18.461)	5.081
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	12.740	3.324
Lucro líquido do exercício		<u><u>17.050</u></u>	<u><u>65.837</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sumitomo Chemical do Brasil Indústria Química S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício de doze meses findo em 31 de março de 2021 e período de oito meses findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	<u>17.050</u>	<u>65.837</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças no valor justo	<u>3.612</u>	<u>714</u>
Resultado abrangente total	<u>20.662</u>	<u>66.551</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sumitomo Chemical do Brasil Indústria Química S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de capital		Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total	
		Capital social	Incentivos fiscais	Reserva de ágio	Incentivos fiscais			Outros resultados abrangente
Saldos em 31 de julho de 2019		<u>793.289</u>	<u>3.431</u>	<u>(17.047)</u>	<u>72.821</u>	<u>(21)</u>	<u>(111.168)</u>	<u>741.305</u>
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	65.837	65.837
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	19.240	-	(19.240)	-
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	714	-	714
Adoção Inicial Normas Contábeis		-	-	-	-	-	973	973
Reserva de ágio na incorporação		-	-	17.047	-	-	-	17.047
Saldos em 31 de março de 2020		<u>793.289</u>	<u>3.431</u>	<u>-</u>	<u>92.061</u>	<u>693</u>	<u>(63.598)</u>	<u>825.876</u>
Lucro do exercício	25	-	-	-	-	-	17.050	17.050
Reserva de incentivos fiscais	25	-	-	-	14.574	-	(14.574)	-
Hedge de fluxo de caixa	25	-	-	-	-	3.612	-	3.612
Outros ajustes		-	-	-	-	-	(280)	(280)
Saldos em 31 de março de 2021		<u>793.289</u>	<u>3.431</u>	<u>-</u>	<u>106.635</u>	<u>4.305</u>	<u>(61.402)</u>	<u>846.258</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sumitomo Chemical do Brasil Indústria Química S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício de doze meses findo em 31 de março de 2021 e período de oito meses findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período/exercício		17.050	65.837
Ajustado por :			
Depreciação e amortização - imobilizado, intangível e direito de uso	16, 17 e 21	22.552	12.317
Valor residual na alienação e/ou baixa de imobilizado e intangível		302	3.757
Variação cambial reconhecidos no resultado - empréstimos, clientes, fornecedores e partes relacionadas		688	7.209
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		5.721	(8.405)
Provisão para perdas de créditos esperadas		54.937	13.383
Provisão para redução ao valor recuperável de outros investimentos		8.093	4.014
Ajuste a valor presente - contas a receber, fornecedor e estoques		(5.912)	(12.005)
Constituição (reversão) de provisão para contingências		1.030	(1.052)
Provisão (reversão) para rebates		53.522	(11.557)
Provisão (reversão) para fretes		5.220	(5.021)
Ganho de capital na venda de participação societária		-	(637)
Perdas por redução ao valor recuperável de estoque	10	4.864	-
Encargos financeiros reconhecidos no resultado - empréstimos e fornecedores		37.443	31.655
Encargos financeiros reconhecidos no resultado - empréstimos concedidos partes relacionadas		(4.111)	-
Ajuste a valor de mercado sobre outros investimentos		(3.082)	(9.494)
Outros		(29)	(2.403)
Resultado ajustado		198.288	87.598
Variações:			
Contas a receber de clientes		(196.931)	(672.717)
Estoques		185.577	(242.297)
Impostos a recuperar		15.849	25.920
Adiantamentos		(6.217)	(1.045)
Outros créditos		14.647	(13.195)
Depósitos judiciais		(3.347)	(2.028)
Bens destinados a venda		988	258
Fornecedores		207.050	96.458
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias		34.097	(24.941)
Financiamentos de tributos		(2.581)	(1.707)
Adiantamentos de clientes		(6.863)	(10.008)
Outras contas a pagar		(16.771)	(12.891)
Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais		225.498	(858.193)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(15.637)	(13.135)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		408.149	(783.730)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Alienação de investimento		-	51.917
Empréstimos concedidos - partes relacionadas		-	(68.940)
Redução (aumento) de outros investimentos		6.060	7.897
Aquisição de imobilizado		(26.977)	(11.705)
Recursos decorrentes de alienação e/ou baixa de imobilizado e intangível		665	611
Aquisição de intangível		(14.281)	(60.279)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento		(34.533)	(80.499)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	19.d	(1.383.299)	(141.726)
Captação de empréstimos e financiamentos	19.d	1.089.253	1.058.148
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	19.d	(39.195)	(8.916)
Juros de debêntures pagos	19.d	(9.921)	(7.815)
Pagamento de passivo de arrendamento	21	(11.151)	(3.982)
Juros pagos sobre arrendamento	21	(940)	-
Empréstimos de partes relacionadas		20.198	(74.283)
Fluxo de caixa (usado nas) proveniente das atividades de financiamento		(335.055)	821.426
Diminuição (aumento) de caixa e equivalente de caixa		38.560	(42.804)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	8	127.502	170.306
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	8	166.062	127.502
Diminuição (aumento) de caixa e equivalente de caixa		38.560	(42.804)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Sumitomo Chemical do Brasil Indústria Química S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1961, com sede na Avenida Parque Sul, nº 2.138, 1º Distrito Industrial de Maracanaú - Ceará.

A atividade preponderante da Companhia é a produção e comercialização de defensivos agrícolas, fitossanitários, domissanitários, adubos e fertilizantes. O portfólio da Companhia contempla herbicidas, inseticidas, fungicidas, produtos biológicos, reguladores de crescimento e tratamento de sementes, que protegem os cultivos desde a semeadura até a pós-colheita.

A Companhia opera com centros de distribuição nos Estados do Ceará, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Tocantins, Bahia, Rondônia e Goiás com a finalidade de melhor atender aos clientes da linha de consumo, além de facilitar a movimentação de produtos acabados e contribuir para melhor armazenagem dos produtos. A Companhia oferece ao agricultor um amplo portfólio para culturas de citros, cana de açúcar, café, milho, tomate, feijão, soja, algodão, batata e pastagem.

1.1 Mudança de controle societário – Sumitomo Chemical

Em 1º de abril de 2020, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária aprovando a transferência do controle societário da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A para o Grupo Sumitomo, a alteração de sua denominação social para Sumitomo Chemical do Brasil Indústria Química S.A. e a alteração de seu exercício social, que passou a iniciar no primeiro dia do mês de abril e terminar no último dia do mês de março do ano subsequente.

A mudança societária ocorreu após o aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para a conclusão, sem ressalvas, da aquisição da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. pela Sumitomo Chemical do Brasil Representações Ltda., através do Ato de Concentração nº 08700.005703/2019-67 nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, I, da Lei nº 12.529/11, c/c o art. 120, I, do Regimento Interno do Cade e publicação em Diário Oficial da União.

A alteração do exercício social da Companhia, aliada à sazonalidade do agronegócio, impedem a completa comparabilidade dos saldos apresentados nestas Demonstrações Financeiras. Da mesma forma, a comparabilidade na demonstração do resultado do exercício e na demonstração dos fluxos de caixa restam igualmente impactadas, tendo em vista que o resultado do último exercício social contempla 12 meses, enquanto o anterior corresponde à um período de 8 meses.

1.2 Impactos relacionados à pandemia da Covid-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como um surto pandêmico e as autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram medidas restritivas visando a contenção do vírus, o agronegócio brasileiro vem se mostrando resiliente.

A Companhia implementou um plano estruturado de continuidade das atividades, visando a segurança, não só dos funcionários, familiares e clientes, mas também de toda a cadeia. Convicta da importância em garantir o abastecimento de alimentos para a população, foram cumpridas todas as recomendações e protocolos de saúde e segurança estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e agências sanitárias do país.

Diante deste cenário, uniu força e instituiu um comitê de crise formado por gestores das mais variadas áreas, para coordenar as discussões relacionadas à evolução da Covid-19, seus reflexos nas operações e o desenvolvimento de ações necessárias que oferecessem segurança para seus funcionários, clientes, acionistas, garantindo a sociedade maior confiabilidade.

Desde o início, entendendo a sua importância no cenário socioeconômico, procurou amenizar, com empatia, solidariedade e criatividade, os impactos negativos da pandemia. Neste sentido, seguiu com diversas medidas para enfrentamento deste momento, tais como:

- Campanhas de conscientização e divulgação contínua das medidas de prevenção à Covid-19 pelos canais de comunicação da Companhia;
- Preparação de um guia de informações preventivas contra o Coronavírus para seguirmos com segurança e saúde;
- Adoção do teletrabalho (*home office*) para os funcionários de grupo de risco e/ou que desempenhem atividades passíveis de realização à distância;
- Disponibilização, em nossas instalações, de máscaras e álcool em gel;
- Adoção do distanciamento entre os postos de trabalho e demarcação de áreas comuns para evitar aglomerações;
- Restrição de viagens, participação em eventos e reuniões presenciais;
- Intensificação de treinamentos e eventos online;
- Disponibilização de cadeiras ergonômicas e equipamentos de informática para garantir melhor conforto no *home office*;
- Monitoramento sistemático da evolução da Covid-19 e dos impactos em nossos colaboradores;
- Ação do “Viver bem, viver mais”, programa cuja principal iniciativa vem sendo o PAE (Programa de Apoio ao Empregado), que visa preservar o bem-estar e a qualidade de vida dos colaboradores por meio de atendimentos remotos de suporte psicológico, jurídico, financeiro e nutricional;
- Realização de *lives* para contribuir com a saúde psicológica e física dos funcionários e suas famílias;
- Criação do Programa “Pílulas de Segurança – uma dose a mais de cuidado com você”, com o objetivo de reforçar, de maneira rápida e objetiva, os conceitos e práticas de prevenção da doença;

- Criação do “Bate-papo Coronavírus”, momento semanal de contato com a área médica para aconselhamento e tira-dúvidas;
- Continuidade da campanha de vacinação contra H1N1;
- Realização de diversas ações de apoio à comunidade, tais como: doações de máscaras e luvas para comunidade e hospitais; disponibilização de tanque de armazenamento de oxigênio para fins medicinais, além de campanhas de doação de alimentos e agasalho à comunidade.

Foi com esse olhar por um ambiente mais seguro e sustentável que, ao longo deste ano desafiador, a Companhia direcionou seus esforços para desenvolver ações de impacto positivo junto aos seus funcionários, clientes e em nossa comunidade.

Mesmo diante dos múltiplos riscos e incertezas aos quais está exposta, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem afetar negativamente as suas operações e resultassem em rupturas relevantes de fornecimento, aumento de perdas esperadas, risco de liquidez, reensurações de contratos de arrendamento e renegociações de prazos de obrigações.

Dessa forma, a Administração decidiu não aderir a nenhuma medida anunciada pelo Governo para minimizar o impacto econômico gerado pela Covid-19.

A Administração da Companhia concluiu que não houve incertezas relevantes que pudessem prejudicar a continuidade operacional da Companhia, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2021.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de março de 2021 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 30 de junho de 2021.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia para a contabilização dos valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas retrospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 15** – Outros investimentos - FIDC: Determinação se a Companhia detém de fato controle sobre este investimento.
- **Nota 21** – Classificação e determinação se um contrato contém um arrendamento e prazo de arrendamento, se a Companhia tem razoável certeza de exercer opção de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos próximos exercícios:

- **Nota 9** - Contas a receber de clientes: Provisão para perdas de crédito esperadas;
- **Nota 14** - Ativo fiscal diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 16** - Depreciação do imobilizado: definição da vida útil;
- **Nota 17** - Amortização do intangível: definição da vida útil;
- **Nota 21** – Taxa de desconto aplicada na avaliação dos impactos do CPC 6 (R2) - (IFRS 16);
- **Nota 24** - Provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota 31** - Instrumentos financeiros: valorização dos instrumentos financeiros.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 15** – Outros investimentos
- **Nota 31** – Instrumentos Financeiros

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (“R\$ mil”), e foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial:

- Os instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado, exceto quando a transação é qualificada e designada para contabilidade de hedge de fluxo de caixa (*hedge accounting*), onde é reconhecido em outros resultados abrangentes.

b. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não dispõe de benefícios de longo prazo aos seus empregados.

c. Subvenção e assistência governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício estão sendo cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos/perdas nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado;
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social – Corrente e Diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais do imposto de renda.

(i) Corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas em estrita observância das regras relacionadas a esses tributos. A Administração avalia periodicamente as atualizações normativas a fim de assegurar que seus cálculos refletem consistentemente o impacto do imposto de renda e contribuição social sobre o seu resultado.

(ii) Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão de todos os eventos contábeis que representem diferenças temporárias, bem como em relação ao prejuízo fiscal e base negativa acumulados, em que seja provável a existência de base tributável positiva, na qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Os valores contábeis do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos são revisados a cada data do balanço e são ajustados para refletir a expectativa de realização futura.

Os detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 14.

f. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes, originados pelas vendas dos produtos revendidos e produzidos pela Companhia, deduzidos da provisão para perdas esperadas de crédito. A Companhia mensura a perda esperada de créditos através da avaliação dos riscos dos saldos de contas a receber subdivididos nas seguintes categorias: parcelas a vencer, parcelas vencidas, acordos judiciais e riscos específicos.

Os detalhes sobre as perdas de crédito esperadas estão divulgados na Nota Explicativa nº 09 e em Risco de Crédito na Nota Explicativa nº 31.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal de operação.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, além dos custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquidos de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	20-60 anos
Máquinas e equipamentos	5-40 anos
Instalações	10-35 anos
Móveis e utensílios	4-15 anos
Laboratório	10-20 anos
Veículos	3-10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Ferramentas	10 anos
Telefones	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i. Ativos intangíveis e ágio

(i) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Outros intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) *Amortização*

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Software	10 anos
Custo de desenvolvimento	5 anos
Marcas e Patentes	30 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente e, caso deixe de ser aplicável, a alteração na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva.

j. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, se seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto e não for designado como mensurado ao VJR.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, se seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto e não for designado como mensurado ao VJR.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

k. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

A Companhia reconhece provisões para perdas de crédito esperadas sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Investimentos de dívida mensurados ao VJR valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente, quando este se torna inadimplente. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Os detalhes sobre as perdas esperadas de créditos estão divulgados na Nota Explicativa nº 09 e em Risco de Crédito na Nota Explicativa nº 31.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJR estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As provisões para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e para títulos de dívida mensurados ao VJR são registradas no resultado e deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais e clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação.

A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar uma obrigação; (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e o aumento decorrente da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

m. Receita de vendas

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existem evidências convincentes de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, descontos, abatimentos e incentivos de vendas. A Companhia concede ao cliente a opção de devolução conforme acordo comercial e calcula as provisões de devoluções com base no histórico dessa operação. Os incentivos de vendas são estimados considerando o tipo de cliente, o tipo de transação, as especificações de cada venda e o atingimento de indicadores de performance predefinidos pela Companhia. Os descontos são reconhecido como uma redução da receita operacional, na medida que seja provável sua concessão e que sua mensuração seja confiável.

n. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

O Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

Não há instrumentos contratuais em que a Companhia atue como arrendadora.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, tendo em vista a expectativa de não haver impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	11	13
Bancos conta movimento	36.433	18.019
Aplicação financeira de liquidez imediata	<u>129.618</u>	<u>109.470</u>
Total	<u>166.062</u>	<u>127.502</u>

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem as disponibilidades em conta corrente bancária e caixa e aplicações de liquidez imediata.

Os saldos das aplicações financeiras estão representados principalmente por instrumentos em renda fixa e possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, à rentabilidade média de 70 % (64,4% em 2020). Os eventuais riscos de liquidez das contrapartes estão mencionados na Nota explicativa nº 31 – Instrumentos financeiros.

A Companhia mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. Por esse motivo, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da demonstração do fluxo de caixa. Consequentemente, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa apresentados nesta nota explicativa e os saldos considerados na demonstração do fluxo de caixa.

9 Contas a receber de clientes

	2021	2020
Duplicatas a receber no país	1.913.963	1.820.738
Contas a receber - partes relacionadas (nota explicativa nº 11)	5.076	3.965
Confissão de dívida	51.255	51.856
Cheques em cobrança	84	84
Acordo judicial	20.214	64.779
(-) Ajuste a valor presente	-	(3.749)
Subtotal	<u>1.990.592</u>	<u>1.937.673</u>
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	<u>(69.952)</u>	<u>(52.685)</u>
Total	<u>1.920.640</u>	<u>1.884.988</u>
Circulante	<u>1.692.452</u>	<u>1.721.443</u>
Não circulante	<u>228.188</u>	<u>163.545</u>

Composição da carteira por idade de vencimento

	2021	2020
Duplicatas a vencer	1.882.214	1.804.370
Vencidas até 60 dias	2.941	13.046
Vencidas entre 61 a 120 dias	311	767
Vencidas entre 121 a 180 dias	2.804	1.544
Vencidas entre 181 a 360 dias	12.155	19.541
Vencidas há mais de 360 dias	85.091	94.440
Partes relacionadas	5.076	3.965
Total	<u>1.990.592</u>	<u>1.937.673</u>

A Companhia possui garantias reais e seguro de crédito cobrindo aproximadamente 81% de sua carteira total (80% em 2020) e constitui provisão para redução ao valor recuperável para valores que apresentem risco efetivo de perda.

A Administração monitora regularmente a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, levando em consideração as especificidades do mercado ao qual a Companhia está inserida, a performance individual dos clientes, os cenários macroeconômicos e climáticos, o tempo de atraso e a expectativa de perda futura.

A Companhia mensura a perda esperada de créditos através do agrupamento dos valores de contas a receber em categorias, de acordo com o risco de crédito de cada grupo. As categorias subdividem-se em:

- (i) A vencer: grupo de recebíveis a vencer;
- (ii) Vencidos: contas a receber vencidas;
- (iii) Renegociados: recebíveis renegociados / prorrogados;
- (iv) Acordo judicial: recebíveis oriundos de acordo em esfera judicial;
- (v) Disputa judicial: contas a receber em ação judicial;
- (vi) Dificuldade financeira: quando se tornar provável que o cliente irá decretar falência, recuperação judicial ou outra reorganização financeira;
- (vii) Risco específico: clientes com problemas críticos de liquidez ou operação com significativa probabilidade de perda.

As perdas efetivas de créditos, deverão ser reconhecidas após esgotadas todas tentativas de execução da dívida na esfera administrativa e ou judicial e desde que não haja expectativa razoável de recebimento. No exercício de 2021, foi registrado o montante de R\$ 37.670 (R\$ 136 em 2020) referente às perdas efetivas de crédito que não transitaram na movimentação abaixo.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é apresentada como segue:

Saldo em 31 de julho de 2019	<u>(40.257)</u>
Constituição de provisão	(13.383)
Efeito de alienação da Investida - Atlântica Sementes (*)	955
Saldo em 31 de março de 2020	<u>(52.685)</u>
Constituição de provisão	(19.469)
Reversões/baixas	<u>2.202</u>
Saldo em 31 de março de 2021	<u>(69.952)</u>

(*) Efeito de alienação da Investida – Atlântica Sementes.

Garantias

A Companhia atua como responsável subsidiária em operações de Crédito Rural (modalidade de financiamento), por meio de fiança em contratos firmados junto aos bancos Itaú, Bradesco e Santander em favor de seus clientes, em montantes equivalentes ao valor dos financiamentos de R\$ 123.372 em 2021 (R\$ 60.928 em 2020).

Riscos de crédito e de mercado, e perdas de créditos esperadas

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao “Contas a receber de clientes e outros recebíveis”, está divulgada na nota explicativa nº 31.

10 Estoques

	2021	2020
Produtos acabados	115.963	235.815
Mercadoria para revenda	96.715	173.188
Produtos em elaboração	13	14
Matérias-primas	137.774	159.788
Materiais de embalagens	4.645	6.038
Mercadorias em trânsito	8.715	45.682
Importações em andamento	110.673	66.858
Estoque em poder de terceiros	74.782	50.175
Total	<u>549.280</u>	<u>737.558</u>

A Companhia tem como política a análise mensal dos estoques, considerando o giro de estoque, e fazendo a gestão detalhada dos itens de baixa movimentação e expectativa de obsolescência. Durante o exercício findo em 31 de março de 2021, a Companhia registrou, no resultado, como perdas de estoque o total de R\$ 4.864 (1.057 em 2020). O maior montante apresentado no exercício de 2021 deve-se à substituição da marca Nufarm pela marca Sumitomo nos itens de embalagem, bem como ao fato de que este período contempla 12 meses, enquanto o anterior contempla 8 meses.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram o resultado de cada exercício, decorrem, principalmente, de operações entre empresas do Grupo Sumitomo Chemical em bases usuais de mercado.

Nas operações de compra de matéria-prima, o pagamento é efetuado com prazo médio de 176 dias (176 dias em 2020) e nas demais operações, varia de acordo com o contrato.

Segue abaixo a relação de empresas com as quais a Companhia mantém transação em 2021, sendo sua controladora final a empresa Sumitomo Chemical Company:

Partes relacionadas	Principal natureza das transações
Sumitomo Chemical Argentina	Remessa de recursos a título de mútuo com juros médio de 7,00% a.a. até 31/10/20 e a partir de 01/11/20 juros Libor USD 6 Meses +2,5% a.a.
Sumitomo Chemical Chile	Venda de produtos acabados;
Sumitomo Chemical Company	Serviços prestados;
Sumitomo Chemical India	Compra de matéria-prima;
Sumitomo Chemical do Brasil Repres. Ltda.	Compra de matéria-prima e produto acabado;

Relação de empresas com as quais a Companhia mantém transação em 2020

Partes relacionadas	Principal natureza das transações
Nufarm S.A. – Argentina	Venda de produtos acabados e Remessa de recursos a título de mútuo com juros médio de 7,00% a.a. com vencimento em maio e junho de 2020.
Nufarm Austrália Limited	Compra de matéria-prima, aquisição de intangível em 2005 e recebimento de recursos a título de mútuos com juros médios de 4,98% a.a. (4,98% a.a. em 2019) com vencimento em março de 2020;
Nufarm Americas Inc.	Compra de matéria-prima;
Nufarm Chile	Venda de produtos acabados;
Nufarm GMBH & Co.KG	Compra de matéria-prima e aquisição de intangível (em 2005);
Nufarm Treasury PTY Ltd	Recebimento de recursos a título de mútuo com juros médio de 4,98% a.a. (4,98 % a.a. em 2019) com vencimento em março de 2020; Remessa de recursos a título de mútuo com juros médio de 8,20% a.a. com vencimento em janeiro de 2020;
Nufarm Services	Compra de matéria-prima e produtos acabados;
Nufarm Uruguai	Remessa de recursos a título de mútuo com juros médio de 6,00% a.a. com vencimento em janeiro de 2020.
Nufarm México	Remessa de recursos a título de mútuo com juros médio de 6,00 % a.a. com vencimento em outubro de 2019;

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	2021	2020
Ativo circulante		
Contas a receber (nota explicativa 9)		
Sumitomo Chemical Argentina (a)	-	58
Sumitomo Chemical Chile (a)	4.203	3.907
Sumitomo Chemical Company	873	-
	<u>5.076</u>	<u>3.965</u>
Empréstimos concedidos – Mútuos		
Sumitomo Chemical Argentina (b)	<u>198</u>	<u>87.982</u>
	<u>198</u>	<u>87.982</u>
Ativo não circulante		
Empréstimos concedidos – Mútuos		
Sumitomo Chemical Argentina (b)	<u>79.990</u>	-
	<u>79.990</u>	<u>-</u>

	2021	2020
Passivo circulante		
Fornecedores		
Nufarm Austrália Limited (c)	-	82.804
Nufarm Américas Inc. (c)	-	27.526
Nufarm GMBH & Co.KG (c)	-	43.087
Nufarm Services (c)	-	244.027
Sumitomo Chemical India	8.734	-
Sumitomo Chemical do Brasil Repres. Ltda	276.887	-
	<u>285.621</u>	<u>397.444</u>
Resultado		
Receita de venda		
Sumitomo Chemical Argentina	-	46
Sumitomo Chemical Chile	7.533	4.129
	<u>7.533</u>	<u>4.175</u>
Receita de serviços prestados		
Sumitomo Chemical Company	829	-
	<u>829</u>	<u>-</u>
CMV/CPV		
Sumitomo Chemical Argentina	-	(33)
Sumitomo Chemical Chile	(6.840)	(3.595)
	<u>(6.840)</u>	<u>(3.628)</u>
Receitas financeiras - Receita de juros		
Sumitomo Chemical Argentina	4.111	1.828
Nufarm Uruguai	-	31
Nufarm México	-	72
Nufarm Treasury	-	3.178
	<u>4.111</u>	<u>5.109</u>
Despesa financeira - Despesa de juros		
Nufarm Austrália Limited	-	(255)
Nufarm Treasury PTY Ltd	-	(596)
	<u>-</u>	<u>(851)</u>

- (a) Em abril de 2020, a Nufarm Argentina e Nufarm Chile também passaram a fazer parte do Grupo Sumitomo passando a ser Sumitomo Chemical Argentina e Sumitomo Chemical Chile, respectivamente.
- (b) Em janeiro de 2021, o saldo referente ao principal do empréstimo foi transferido para o longo prazo, ficando no curto prazo somente os juros do empréstimo.
- (c) Os saldos de Fornecedores, que não passaram a fazer parte do Grupo Sumitomo, foram reclassificados como Fornecedores Internacionais (vide nota explicativa nº18).

Remuneração pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de março de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Presidência e Diretores, perfaz o montante de R\$ 11.798 (R\$ 10.938 em 2020), e contempla apenas a remuneração direta, como salários, bônus e PPR (Programa de Participação no Resultado). A Companhia não oferece ao seu pessoal-chave nenhum tipo de benefício pós-emprego ou outro que não seja de curto prazo, inclusive benefícios de aposentadoria e pensão.

12 Impostos a recuperar, imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
ICMS a recuperar	35.783	32.824
PIS/COFINS a recuperar	6.899	10.792
IRRF a recuperar	968	1.826
IPI a recuperar	11.844	7.179
IPI prêmio	41.079	41.079
Outros impostos a recuperar	8.988	4.982
Total	105.561	98.682
Circulante	61.334	53.631
Não circulante	44.227	45.051

ICMS a recuperar

A Companhia registra créditos de ICMS sobre aquisições de matérias-primas, embalagens e outros insumos aplicados no processo produtivo e, por outro lado, se favorecendo dos seguintes benefícios fiscais, nas vendas realizadas em cada Estado no qual possui um Centro de Distribuição - CD:

CD-Localização	Vendas dentro do Estado	Vendas fora do Estado
Ceará	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Mato Grosso	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
São Paulo	Redução de 77% da base de cálculo	Redução de 47,2% da base de cálculo
Paraná	Diferido (alíquota zero)	Redução de 60% da base de cálculo
Bahia	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Tocantins	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Goiás	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Rondônia	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Rio Grande do Sul	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo

A partir de Janeiro/2021 o estado de São Paulo passou a tributar as operações internas, que anteriormente eram isentas, e diminuiu a redução de base de cálculo nas operações interestaduais, que anteriormente era de 60% e passou a ser de 47,2%.

Com relação aos créditos de ICMS do Estado do Paraná, no montante de R\$ 31.735, a Companhia continua requerendo as suas homologações para transferência a terceiros, baseadas na norma de procedimento fiscal nº 001/2009. No ano de 2019 foi iniciado um novo processo de habilitação de saldo credor de ICMS, correspondente aos saldos gerados no período de setembro/2014 a dezembro/2018, e corresponderá ao montante de aproximadamente R\$ 11.142 mil. Os créditos homologados são objeto de negociação com empresas detentoras de saldo devedor naquele estado. O processo de habilitação ainda está em curso.

No que se refere aos créditos de ICMS no Estado do Rio Grande do Sul, a Administração da Companhia vem intensificando as operações de venda para as regiões sul e sudeste, sobretudo para o estado do Paraná, de modo a realizar o referido saldo com os débitos de ICMS incidentes sobre essas operações. Por conta dessa iniciativa, houve uma redução de 90% no saldo credor acumulado em relação ao ano anterior.

PIS e COFINS a recuperar

As vendas dos produtos da Companhia, com exceção do Adesil, são beneficiadas pela alíquota zero do PIS e da COFINS e os créditos dessas contribuições são originários de compras de insumos. A Administração utiliza montantes relevantes destes créditos através da compensação dos tributos e contribuição previdenciária administrados pela Receita Federal do Brasil.

A possibilidade de compensação com a contribuição previdenciária está disposta na Lei nº 11.457/2007, art. 26-A, I. Todavia, com o advento da Lei nº 13.670, de 30 de maio de 2018, não é mais permitida a compensação das estimativas mensais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

IPI a recuperar

As vendas dos produtos da Companhia, com exceção do Adesil, são beneficiadas pela alíquota zero do Imposto sobre Produtos Industrializados, e os créditos de IPI são originários de compras de insumos. Como já mencionado, a Administração utiliza montantes relevantes destes créditos através da sua compensação com os tributos e contribuição previdenciária a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil, inclusive os retidos na fonte.

IPI Prêmio

O valor apresentado nessa conta é reflexo do reconhecimento em 2014, relativo ao processo judicial de Crédito Prêmio de IPI, cuja decisão transitada em julgado reconhece o direito da Companhia a este crédito. A Companhia está no aguardo da execução da sentença com o cálculo do valor a ser apropriado. Esses créditos não tem data para prescrição.

Outros impostos

Foram considerados como outros impostos a recuperar os valores correspondentes a pagamento de demais tributos.

Impostos de renda e contribuição social - Corrente

Conforme IAS 1 (CPC 26) para fins de melhor apresentação, o valor de imposto de renda e contribuição social – estimativas, referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020, foram apresentados em conta específica no balanço patrimonial, no ativo circulante.

	2021	2020
Imposto de renda	7.161	20.199
Contribuição social	3.381	9.972
Circulante	<u>10.542</u>	<u>30.171</u>

13 Outros créditos

	2021	2020
Despesas antecipadas (i)	17.906	15.170
Adiantamentos a funcionários	1.719	1.123
Outras contas a receber (ii)	352	11.497
Total	<u>19.977</u>	<u>27.790</u>
Circulante	<u>19.928</u>	<u>27.352</u>
Não circulante	<u>49</u>	<u>438</u>

- (i) Despesas antecipadas – Consiste, principalmente, a apropriação de prêmio de seguros R\$ 11.313 e ao INPEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) constituída em janeiro de 2021 no valor de R\$ 5.259.
- (ii) Outras contas a receber – A variação decorreu do recebimento do ressarcimento de sinistros junto a seguradoras R\$ 2.261 e rebates junto a Sumitomo referente a compras realizadas no exercício anterior no valor total de R\$ 8.354.

14 Ativo fiscal diferido

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição diferidos sobre diferenças temporárias	29.304	(2.124)
Imposto de renda e contribuição diferidos sobre prejuízos fiscais	17.153	35.841
	<u>46.457</u>	<u>33.717</u>

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o lucro diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros provenientes de diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

A Companhia estima recuperar o crédito decorrente dos tributos diferidos nos próximos anos, considerando a expectativa de lucros futuros.

a. Impostos diferidos sobre diferenças temporárias

Os saldos em 31 de março de 2021 e 2020 têm a seguinte origem:

	2021	2020
Adições temporárias		
Provisão para perdas de crédito esperadas	10.693	4.822
Provisão para contingências	514	163
Provisão para fretes	2.590	1.047
Provisão para rebates – Incentivo de venda	11.926	1.440
Provisão para deduções comerciais	2.882	1.848
Provisão para devoluções	1.789	1.572
Variação cambial	55.169	69.596
Depreciação acelerada	2.329	2.285
Provisão gratificação	2.508	323
Provisão participação no resultado	8.414	26
Outras provisões	11.454	12.170
Subtotal	<u>110.268</u>	<u>95.292</u>

*Sumitomo Chemical do
Brasil Indústria Química S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2021*

	2021	2020
Exclusões temporárias		
Varição cambial	(41.270)	(78.413)
Depreciação Lei nº 11.638	(8.474)	(8.187)
Instrumentos financeiros derivativos	(31.220)	(10.816)
	<hr/>	<hr/>
Subtotal	(80.964)	(97.416)
	<hr/>	<hr/>
Total	29.304	(2.124)

A composição da despesa do imposto de renda e contribuição social diferidos debitada no resultado é demonstrada como segue:

	2021	2020
Adições e (exclusões) temporárias		
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	5.871	4.550
Provisão para deduções comerciais	1.034	(1.553)
Provisão para rebates – Incentivo de venda	10.486	(3.585)
Varição cambial	22.716	(9.696)
Provisão para gratificação	2.185	(951)
Outras adições/exclusões temporárias (i)	(10.864)	21.118
	<hr/>	<hr/>
Subtotal	31.428	(32.353)
	<hr/>	<hr/>
Prejuízos fiscais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal	(18.688)	35.677
	<hr/>	<hr/>
Total	12.740	3.324

Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de março de 2021 e 2020, a Companhia possui prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social a compensar sobre os seguintes valores-base:

	2021	2020
Prejuízo fiscal	152.672	207.635
	<hr/>	<hr/>
Base negativa de contribuição social	152.672	207.635

15 Outros investimentos

	2021	2020
Fundo Investimento Direito Creditório - FIDC Subordinado Nufarm Brasil (i)	13.983	10.474
Certificado Recebíveis Agronegócio -CRA Mezanino (ii)	10.065	9.598
FIDC - Excesso Spread (iii)	1.852	9.738
Certificado Recebíveis Agronegócio - CRA Subordinado (iv)	19.176	26.337
	45.076	56.147

- (i) Cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sumitomo, representando 5% do valor total do fundo. O aumento frente ao ano anterior deve-se à 4ª emissão de cotas seniores celebrada em 16 de setembro de 2020 no valor de R\$100.000, totalizando um patrimônio líquido do fundo em R\$320.787 em 31 de março de 2021. As cotas tem vencimento em 31 de agosto de 2022.
- (ii) Investimento em “CRA Mezanino” da 2ª Série da 23ª emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio da Gaia Securitizadora S.A celebrado em 27 de novembro de 2020, 1º de dezembro de 2020, 8 de dezembro de 2020 e 15 de dezembro com vencimento em 30 de abril de 2024.
- (iii) Excesso de *spread* das operações de securitização de recebíveis realizadas através do FIDC Nufarm Brasil e Octante Securitizadora S.A. O excesso de *spread* é uma taxa adicional incluída no custo de cessão com a finalidade de cobrir eventuais diferenças na remuneração fixa devida aos investidores da cota sênior em função de mudanças na taxa de CDI no decorrer da operação. O excesso de *spread* é um instrumento financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado cujo vencimento está de acordo com o vencimento do FIDC, em 31 de agosto de 2022.
- (iv) Investimento em Certificados de Recebíveis do Agronegócio subordinado da 3ª série da 6ª e 8ª emissão da Vert Companhia Securitizadora em 18 de agosto de 2017 e 6 de setembro de 2017, respectivamente, no valor total de R\$ 16.791. Certificados de Recebíveis do Agronegócio subordinado da 3ª série da 6ª emissão da Vortex DTVM Ltda (R\$ 12.897) de Outubro de 2018 e Certificados de Recebíveis do Agronegócio subordinado da 3ª série da 12ª emissão da Gaia Securitizadora S.A. (R\$ 6.802) com vencimento em 30 de março de 2023.

16 Imobilizado

a. Movimentação do custo e depreciação acumulada

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Laboratório	Computadores e Periféricos	Ferramentas	Telefone	Imobilizado em andamento	Benfeitoria em bens de terceiros	Total
Custo													
Saldos em 31 de julho de 2019	708	26.498	25.363	4.018	6.955	30.633	4.740	8.223	37	1.211	16.238	123	124.747
Adições	-	-	961	81	874	682	403	1.174	-	312	8.888	-	13.375
Baixas	-	-	(3.210)	(180)	(1.873)	-	-	(401)	-	(4)	(931)	-	(6.599)
Transferências	-	-	5.567	36	5	8.801	-	59	-	323	(15.994)	-	(1.203)
Efeito Alienação de Investida*	(120)	(27)	(306)	(113)	(1.790)	-	(1)	(289)	-	-	2	(123)	(2.767)
Saldos em 31 de março de 2020	588	26.471	28.375	3.842	4.171	40.116	5.142	8.766	37	1.842	8.203	-	127.553
Adições	-	10	1.893	2	155	44	95	577	-	131	33.081	-	35.988
Baixas	-	-	-	-	(816)	-	-	-	-	-	(3)	-	(819)
Transferências	-	-	1.673	52	-	2.220	-	1	-	-	(3.946)	-	-
Saldos em 31 de março de 2021	588	26.481	31.941	3.896	3.510	42.380	5.237	9.344	37	1.973	37.335	-	162.722

*Sumitomo Chemical do
Brasil Indústria Química S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2021*

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Laboratório	Computadores e Periféricos	Ferramentas	Telefone	Imobilizado em andamento	Benfeitoria em bens de terceiros	Total
Depreciação													
Saldos em 31 de julho de 2019	-	(10.447)	(8.045)	(3.156)	(1.295)	(11.802)	(1.247)	(5.813)	(34)	(809)	-	(123)	(42.771)
Adições	-	(337)	(1.091)	(151)	(468)	(1.266)	(228)	(691)	(1)	(367)	-	-	(4.600)
Baixas	-	-	3.207	88	1.442	-	-	225	-	-	-	-	4.962
Efeito Alienação de Investida(*)	-	6	197	66	424	-	(1)	166	-	(1)	-	123	980
Saldos em 31 de março de 2020	-	(10.778)	(5.732)	(3.153)	103	(13.068)	(1.476)	(6.113)	(35)	(1.177)	-	-	(41.429)
Adições	-	(497)	(1.759)	(337)	(602)	(2.118)	(349)	(1.369)	(1)	(588)	-	-	(7.620)
Baixas	-	-	-	-	493	-	-	-	-	-	-	-	493
Saldos em 31 de março de 2021	-	(11.275)	(7.491)	(3.490)	(6)	(15.186)	(1.825)	(7.482)	(36)	(1.765)	-	-	(48.556)
Valor contábil													
Saldos em 31 de março de 2020	588	15.693	22.643	689	4.274	27.048	3.666	2.653	2	665	8.203	-	86.124
Saldos em 31 de março de 2021	588	15.206	24.450	406	3.504	27.194	3.412	1.862	1	208	37.335	-	114.166

(*) Efeito alienação de Investida – Atlântica sementes.

Nos últimos anos, foram realizados investimentos em novas instalações, ampliações de estruturas existentes e modernizações de equipamentos, que asseguram a consolidação do negócio no Brasil e garantem a sustentabilidade das operações para atendimento ao mercado. Durante o exercício findo em 31 de março de 2021, a Companhia iniciou as construções de uma nova planta de Herbicidas Suspensão Concentrada e um novo Centro de Distribuição no Complexo Industrial de Maracanaú com data prevista para conclusão no segundo semestre de 2021.

A Companhia não possui ativos imobilizados retirados das operações e separados, como também não possui ativos temporariamente paralisados.

Em 31 de março de 2021 o efeito não caixa nas adições de Imobilizado foi de R\$ 9.011 (R\$ 1.670 em 2020). As alienações de imobilizado com efeito não caixa somaram o montante de R\$ 154 em 31 de março de 2021 (R\$ 5.988 em 2020).

Provisão para redução no valor recuperável

Em consonância com o disposto no IAS 36 (CPC 01) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia deve proceder com avaliação de recuperação dos ativos com vida útil definida caso existam indicativos de perda no valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2021 e 2020, foi identificado que a Companhia não possui ativos que tenham diminuído consideravelmente o seu valor de mercado, como também não ocorreram mudanças externas com efeito adverso sobre a Companhia no exercício em curso, e nem há perspectivas de mudanças significativas de curto prazo relacionadas a novas tecnologias, mercado, economia e legislação no mercado em que são utilizados os ativos. Não há plano de descontinuar ou reestruturar as operações, ou de proceder à baixa de um ativo em momento anterior à data esperada para o final de sua vida útil.

Diante das informações descritas acima não há indícios para registro de provisão para redução ao valor recuperável, para o exercício encerrado em 31 de março de 2021.

17 Intangível

a. Movimentação do custo e amortização acumulada

Custo	Software	Custos de desenvolvimento	Lista de Clientes	Patentes e Marcas	Ágio por Rentabilidade Futura Aquis. Investimentos	Implantação de software	Banco de dados (a)	Total
Saldos em 31 de Julho de 2019	22.823	46.597	5.904	38.173	13.857	-	-	127.354
Aquisição	311	3.800	-	2.421	-	496	54.410	61.438
Baixas	-	(69)	-	(2.662)	-	-	-	(2.731)
Transferência	-	560	-	-	-	643	-	1.203(**)
Efeito Alienação Investida (*)	(66)	-	(5.904)	(2.019)	(13.857)	-	-	(21.846)
Saldos em 31 de março de 2020	23.068	50.888	-	35.913	-	1.139	54.410	165.418
Aquisição	775	8.966	-	4.200	-	-	430	14.371
Transferência	1.139	-	-	-	-	(1.139)	-	-
Saldos em 31 de março de 2021	24.982	59.854	-	40.113	-	-	54.840	179.789

	Software	Custos de desenvolvimento	Lista de Clientes	Patentes e Marcas	Ágio por Rentabilidade Futura Aquis. Investimentos	Implantação de software	Banco de dados (a)	Total
Amortização								
Saldos em 31 de Julho de 2019	<u>(7.643)</u>	<u>(5.261)</u>	<u>(3.345)</u>	<u>(2.830)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(19.079)</u>
Amortização	(1.800)	(1.160)	-	(355)	-	-	-	(3.315)
Saldos em 31 de março de 2020	<u>(9.386)</u>	<u>(6.421)</u>	<u>-</u>	<u>(2.040)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.847)</u>
Amortização	(2.816)	(1.463)	-	(531)	-	-	-	(4.810)
Saldos em 31 de março de 2021	<u>(12.202)</u>	<u>(7.884)</u>	<u>-</u>	<u>(2.571)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(22.657)</u>
Valor contábil								
Saldos em 31 de março de 2020	<u>13.682</u>	<u>44.467</u>	<u>-</u>	<u>33.873</u>	<u>-</u>	<u>1.139</u>	<u>54.410</u>	<u>147.571</u>
Saldos em 31 de março de 2021	<u>12.780</u>	<u>51.970</u>	<u>-</u>	<u>37.542</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>54.840</u>	<u>157.132</u>

(*) Efeito alienação de Investida – Atlântica Sementes.

(**) O aumento como transferência para o Intangível, no valor de R\$ 1.203 é correspondente à redução na conta Imobilizado em andamento.

Em 31 de março de 2021, a Companhia possui o montante de R\$ 40.113 (R\$ 35.913 em 2020), registrado em marcas e patentes, sendo que R\$ 21.274 (R\$ 21.274 em 2020) corresponde a licenças adquiridas de empresas relacionadas à Companhia, R\$ 14.180 (R\$ 14.180 em 2020) corresponde a aquisições de licenças junto a terceiros e R\$ 4.659 (R\$ 459 em 2020) referente a despesas ocorridas para registro e manutenção de marcas. A Companhia possui um montante de R\$ 15.970 (R\$ 15.970 em 2020) de ativos intangíveis com vida útil definida em Marcas e Patentes.

O efeito não caixa nas adições de Intangível, em 31 de março de 2021 foi de R\$ 90 (R\$ 1.159 em 2020).

- (a) Em março de 2020, a Companhia adquiriu, pelo valor de R\$ 54.410, a licença de uso de informações constantes em um banco de dados e referentes a pesquisas científicas, toxicológicas, mercadológicas e estudos de eficácia agrônômica para suportar o desenvolvimento do nosso portfólio. Por se tratar de um direito de uso de dados por tempo indeterminado, sua vida útil foi considerada indefinida e seu valor contábil é testado anualmente com relação à redução ao valor recuperável. Em 2021, não houve nenhuma mudança significativa que impactasse a recuperabilidade deste ativo.

18 Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais	210.838	242.230
Fornecedores - Partes relacionadas (nota nº11)	285.621	397.444
Fornecedores internacionais (a)	325.418	11.740
Operação “forfeiting”(b)	358.317	413.959
	1.180.194	1.065.373
Circulante	1.180.194	1.065.373

- (a) A variação se deu em virtude da transferência dos saldos de 31 de março de 2020 referente a Fornecedores – Partes Relacionadas pertencentes ao grupo Nufarm que não foram abrangidos na aquisição pelo Grupo Sumitomo, sendo reclassificados como Fornecedores Internacionais (vide nota explicativa nº11).
- (b) A Companhia possui convênios firmados com bancos parceiros que possibilitam estruturar, com seus principais fornecedores, uma operação de cessão de crédito usualmente denominada “forfeiting” e Risco Sacado. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco, que por sua vez, passa a ser credor da operação. A Companhia revisou a composição da carteira dessa operação e concluiu que não houve alteração significativa dos prazos, preços e condições originalmente estabelecidas com os fornecedores, não havendo, portanto, características de uma operação de financiamento. Em 31 de março de 2021, o saldo a pagar negociado pelos fornecedores, relativo a essa operação totaliza R\$ 435.044 (R\$ 413.959 em 2020).

19 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Referência	2021	2020
Moeda nacional			
Capital de giro	A	-	372.176
FINEP	B	32.156	25.372
CCE	C	-	465.052
CDC	D	-	291.416
Debêntures	E	<u>201.742</u>	<u>202.284</u>
Subtotal em moeda nacional		<u>233.898</u>	<u>1.356.300</u>
Moeda estrangeira			
Resolução nº 4.131	F	901.357	-
FIPOD	G	<u>19.580</u>	<u>38.800</u>
Subtotal em moeda estrangeira		<u>920.937</u>	<u>38.800</u>
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures		<u>1.154.835</u>	<u>1.395.100</u>
Circulante		830.832	1.159.548
Não circulante		324.003	235.552

Referência	Moeda	Indexador	Vencimento	Encargos 2021	Encargos 2020
A	Real	Pré e Pós	2020	-	CDI+3,0%
B	Real	Pré	2020/2022	4,0% a 6,98% a.a.	4,0% a 6,98% a.a.
C	Real	Pré e Pós	2020	-	CDI+2,73% a.a.
D	Real	-	2020	-	4,52% e 5,95% a.a.
E	Real	-	2021	CDI+2,3% a.a.	CDI+2,3% a.a.
F	Dólar	USD	2020	0,67% a 1,32% a.a.	-
G	Dólar	USD	2020/2021	-	-

A Companhia analisa de maneira periódica a estratégia de financiamento de seus negócios e, no último exercício, decidiu pela migração de diversas operações de financiamento para captações externas atreladas com instrumentos derivativos para mitigação do risco de câmbio. Tal decisão levou em consideração a melhor atratividade do custo frente às operações locais e apenas foi possível após a melhoria do seu perfil de crédito, ocorrida com a mudança de controle acionário.

a. Debêntures

A segregação de circulante e não circulante das debêntures registradas em 31 de março de 2021, segue demonstrada abaixo:

	2021	2020
Circulante	201.742	2.284
Não circulante	<u>-</u>	<u>200.000</u>
	<u>201.742</u>	<u>202.284</u>

Características da oferta

Debêntures	1ª. Emissão
Tipo	Simple, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	20.000
Remuneração	Taxa DI + 2,3% a.a.
Emissão	15/07/2018
Vencimento	15/07/2021

Em 27 de março de 2020, em reunião de Assembleia Geral de Debenturistas, com a presença de 100% dos titulares das debêntures, foram aprovados todos os temas da ordem do dia: (i) mudança de controle acionário da Nufarm Ind. Química e Farmacêutica S/A para a Sumitomo Chemical do Brasil Indústria Química S.A. conforme obrigação estabelecida na cláusula 7.1.1.(v); (ii) substituição da garantia corporativa que lastreia a emissão, da Nufarm Limited para Sumitomo Chemical Company, bem como um período adicional de 90 dias após a data da Assembleia para a formalização da nova garantia corporativa junto ao agente fiduciário da emissão; e (iii) exclusão dos *covenants financeiros* previstos na cláusula 7.1.2 da escritura de emissão das debentures.

Dessa forma, no exercício findos em 31 de março de 2021, a Companhia está em conformidade com a escrituratura das Debêntures.

Não existem outras cláusulas restritivas vinculadas aos demais empréstimos e financiamentos da Companhia.

b. Termos e cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante de empréstimos e financiamentos têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2021	2020
Abr/21 a Mar/22	-	215.395
Abr/22 a Mar/23	8.054	8.054
Abr/23 a dez/25	315.949	12.103
	<u>324.003</u>	<u>235.552</u>

c. Garantias

As seguintes garantias foram dadas para os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto:

	2021	2020
Duplicatas do contas a receber de clientes	-	24.000
Parent Guarantee (garantia da Matriz – Sumitomo Chemical S.A)	1.122.679	797.395
	<u>1.122.679</u>	<u>821.395</u>

O financiamento obtido junto à FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos está garantido por carta de fiança bancária. A Companhia não está sujeita a cláusulas restritivas em seus contratos de financiamentos.

d. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	<u>2021</u>		
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Saldo apresentado em 31 de março de 2020	1.192.816	202.284	1.395.100
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.383.299)	-	(1.383.299)
Captação de empréstimos e financiamentos	1.089.253	-	1.089.253
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(39.195)	(9.921)	(49.116)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(333.241)	(9.921)	(343.162)
Outras variações relacionadas com passivos			
Encargos financeiros reconhecidos no resultado	26.456	9.379	35.835
Variações cambiais reconhecidas no resultado	67.062	-	67.062
Total de outras variações relacionadas com o passivo	93.518	9.379	102.897
Saldo em 31 de março de 2021	953.093	201.742	1.154.835

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	<u>2020</u>		
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Saldo apresentado em 31 de julho de 2019	265.401	199.734	465.135
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(141.726)	-	(141.726)
Empréstimos e financiamentos tomados	1.058.148	-	1.058.148
Juros pagos	(8.916)	(7.815)	(16.731)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	907.506	(7.815)	899.691
Outras variações relacionadas com passivos			
Efeito da Alienação da Investida – Atlântica Sementes (*)	(22.808)	-	(22.808)
Encargos financeiros reconhecidos no resultado	21.457	10.365	31.822
Variações cambiais reconhecidas no resultado	21.260	-	21.260
Total de outras variações relacionadas com o passivo	42.717	10.365	53.082
Saldo em 31 de março de 2020	1.192.816	202.284	1.395.100

(*) Efeito da alienação da Investida – Atlântica Sementes.

e. Descrição dos empréstimos bancários

Cédula de Crédito à Exportação - CCE

É uma linha de crédito em moeda local destinada a empresas que fazem parte da cadeia exportadora, para financiamento à exportação e à produção de bens para exportação, incluindo as atividades de apoio e complementação fundamentais à exportação. Não há cláusulas restritivas para empréstimos de CCE.

Resolução nº 4.131/62

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de recursos captados no exterior em moeda estrangeira via Resolução nº 4.131/62 com instituições financeiras. Não há cláusulas restritivas para empréstimos na modalidade 4.131.

Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

É uma linha de crédito em moeda local destinada a empresas para financiamento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico. Não há cláusulas restritivas para o empréstimo junto ao FINEP.

FIPOD (Financing portfolio of defaulters)

Estrutura de financiamentos, em moeda estrangeira, para clientes com dificuldades financeiras momentâneas (e prorrogados), onde um banco financia este com o apoio da Companhia para liquidação dos valores devidos à Sumitomo Chemical do Brasil Indústria Química S.A.

20 Financiamentos de tributos

	Indexador	Taxa de juros 2020 e 2019	Ano de vencimento	2021	2020
FDI/Provin	TJLP	100%	2024	15.096	12.782
Circulante				5.155	3.130
Não circulante				9.941	9.652

Banco Bradesco FDI/PROVIN - O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial, decidiu subvencionar empresas cujas atividades são consideradas estratégicas para a economia local, por meio do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial-PROVIN, tendo como órgão gestor o Banco Bradesco S.A., sucessor do Banco do Estado do Ceará - BEC.

Com base na Resolução nº 148/2005 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial - CEDIN, emitido em 20 de outubro de 2005, foi firmado Termo de Acordo concedendo o diferimento do ICMS. O Termo de Acordo CEDIN nº 02/2005 concede a dilação do prazo de pagamento de parcela do saldo mensal de ICMS, com diferimento de 75% do ICMS recolhido mensalmente excedente e dentro do prazo legal pela sociedade empresária acordante beneficiária do PROVIN/FDI, incidente sobre operações resultantes de seu processo industrial, com base na média dos valores em UC/FDI a ser determinada pelo Banco Bradesco, durante 96 meses, no período de dezembro de 2004 até novembro de 2012, nos termos da Resolução nº 148/2005 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial - CEDIN, renovado por mais 120 meses, no período de dezembro de 2012 até novembro de 2022, conforme ofício CEDIN nº 605/2012 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE, ratificado pelo 4º Aditivo ao Termo de Acordo CEDIN nº 02/2005.

O equivalente a 25% da parcela do ICMS diferido, com as atualizações previstas na legislação do FDI, será liquidado em uma só vez, no último dia útil do mês de vencimento, ao término do período de carência de 36 meses, contados a partir do desembolso.

Adicionalmente, o termo de acordo CEDIN condiciona a adoção de algumas medidas como: emissão do termo de declaração de ICMS Diferido, pagamento do ICMS porventura devido, manter em dia todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, inclusive o recolhimento das parcelas devidas ao PIS/PASEP, e cumprir as cláusulas atinentes ao protocolo de intenções e a resolução do CEDIN, e pagar as taxas e despesas decorrentes da fruição do benefício FDI/PROVIN.

A Companhia registra em seu passivo somente o valor correspondente a 25% relativo ao ICMS incentivado, por entender que todos os requisitos para a obtenção dos incentivos foram atingidos e que as obrigações de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, bem como o recolhimento dos valores remanescentes serão realizadas nos prazos estabelecidos.

O valor reconhecido no resultado do exercício de acordo com o parágrafo anterior pode ser identificado conforme segue:

Período	R\$
2012/2013	3.914
2013/2014	5.090
2014/2015	7.516
2015/2016	9.312
2016/2017	6.469
2017/2018	11.572
2018/2019	14.428
2019/2020	7.829
2020/2021	14.491
Total	<u>80.621</u>

A Companhia goza de outro incentivo fiscal, ligado à redução do imposto de renda nos termos da lei vigente, como segue:

- **Laudo Constitutivo nº 0133/2014** - Atividade objeto da redução - Fabricação de Defensivos Agrícolas - Herbicidas (inclusive os da base de Glifosato e 2,4D), Inseticidas e Fungicidas (inclusive os da base de Carbendazim) com capacidade instalada do empreendimento de 140.711.496 litros/ano (redução de 75% do imposto de renda e adicionais não dedutíveis, por um prazo de 10 anos, com início no ano calendário de 2014 e término no ano calendário de 2023). Em 31 de dezembro de 2020 foi registrado R\$ 1.060 referente ao benefício.

21 Passivos de arrendamentos

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para:

Tipo de bem	Descrição	Tempo arrendamento
Imóveis	Escritório da Companhia em São Paulo.	5 anos
Veículos	Veículos para representantes de vendas, gerência e diretoria.	3 anos cada veículo
Depósitos e áreas agrícolas	Áreas agrícolas destinadas para demonstrações técnicas e/ou experimentos de produtos.	1 a 9 anos
Máquinas e equipamentos	Equipamento alocado em Laboratório e empilhadeiras alocadas no Setor Fabril.	2 a 4 anos

Esses arrendamentos, exceto veículos, tem como opção de renovação após o encerramento do contrato. Os pagamentos de arrendamento podem ser reajustados a cada ano, refletindo os valores de mercado.

Os arrendamentos de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor, não foram reconhecidos, por exemplo: equipamentos de TI e máquinas de café (itens de baixo valor) e andaimes (curto prazo).

A movimentação do direito de uso, durante os exercícios findos em 31 de março de 2021 e 2020, foi a seguinte:

Ativos de direito de uso

<i>Em milhares de Reais</i>	Valor
Saldo em 31 de março de 2020	12.752
Adições/ Remensuração (a)	23.910
Baixas (b)	(4.518)
Depreciação	<u>(10.763)</u>
Saldo em 31 de março de 2021	<u>21.381</u>

<i>Em milhares de Reais</i>	Valor
Saldo em 1º de agosto de 2019	-
Adoção Inicial – IFRS 16	14.910
Remensuração	(103)
Adições	2.347
Depreciação	<u>(4.402)</u>
Saldo em 31 de março de 2020	<u>12.752</u>

- (a) As adições ocorreram em dois momentos: Em abril de 2020, no reconhecimento dos arrendamentos de Empilhadeiras, Caminhões e Equipamento de Laboratório, e, em dezembro de 2020, quando a Companhia passou a ser cessionária do contrato de arrendamento do novo escritório em São Paulo, cujo valor mensal é R\$ 250 mil.
- (b) As baixas se tratam de veículos devolvidos pelo fim do contrato e pela antecipação dos distratos junto aos contratos anteriores dos Escritório de São Paulo, cuja perspectiva inicial de encerramento era em 2028.

A movimentação do Passivo de Arrendamento, durante os exercícios findos em 31 de março de 2021 e 2020, foi a seguinte:

Passivo de arrendamento

<i>Em milhares de Reais</i>	Valor
Saldo em 31 de março de 2020	12.985
Adições/ Remensuração (a)	23.910
Pagamentos	(11.151)
Juros pagos sobre arrendamentos	(940)
Apropriação de juros	1.608
Baixas (b)	<u>(4.269)</u>
Saldo em 31 de março de 2021	<u><u>22.143</u></u>
Circulante	<u><u>9.071</u></u>
Não Circulante	<u><u>13.072</u></u>
<i>Em milhares de Reais</i>	Valor
Saldo em 1º de agosto de 2019	-
Adoção Inicial – IFRS 16 (CPC 6)	13.937
Remensuração	(103)
Adições	2.346
Pagamentos	(3.982)
Apropriação de juros	810
Baixas	<u>(23)</u>
Saldo em 31 de março de 2020	<u><u>12.985</u></u>
Circulante	<u><u>6.326</u></u>
Não Circulante	<u><u>6.659</u></u>

- (a) As adições ocorreram basicamente em dois momentos: Em abril de 2020, no reconhecimento dos arrendamentos de Empilhadeiras, Caminhões e Equipamento de Laboratório, e, em dezembro de 2020, quando a Sumitomo Chemical do Brasil Ltda. passou a ser a Cessionária do novo contrato de Arrendamento do escritório de São Paulo, cujo valor mensal é R\$ 250 mil.
- (b) As baixas se tratam de veículos devolvidos pelo fim do contrato e pela antecipação dos distratos junto aos contratos anteriores dos Escritório de São Paulo, cuja perspectiva inicial de encerramento era em 2028.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2021, a Companhia revisou a taxa de descontos para os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimos em 1º de abril de 2020. A taxa média ponderada aplicada para correções e novos arrendamentos foi de 8,16% a.a. e 4,73% a.a. para o novo arrendamento do escritório de São Paulo (9,62% a.a. em 2020).

Em 31 de março de 2021, a Companhia havia reconhecido em seu resultado R\$ 10.763 de depreciação sobre arrendamentos (R\$ 4.402 em 2020) e R\$ 1.608 de juros destes arrendamentos (R\$ 810 em 2020). Durante o exercício, o total do montante pago referente a Passivo de Arrendamento foi R\$ 12.090 (R\$ 3.982 em 2021).

Não existe operação em que a Companhia é um arrendador.

22 Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias

	2021	2020
ICMS a recolher	4.169	964
CSLL/PIS/COFINS a recolher	2.064	355
ISS a recolher	411	445
IRRF a recolher	1.682	3.062
Imposto de renda e contribuição social	2.795	-
INSS e FGTS a recolher	2.465	2.830
Provisão de férias, 13º salário e encargos	15.088	13.902
Provisão de gratificação e participação nos resultados (a)	31.137	-
Outros	112	111
	<u>59.923</u>	<u>21.669</u>
Total	<u>59.923</u>	<u>21.669</u>

- (a) Em 2020, com a conclusão do processo de aquisição da Companhia ensejou o pagamento antecipado da gratificação prevista na política corporativa dentro do próprio exercício. Para 2021, o pagamento das gratificações ocorrerá conforme política da Companhia, após encerramento do final do exercício vigente, em 30 de junho de 2021.

23 Outras contas a pagar

	2021	2020
Provisões de rebates – incentivo de venda (i)	36.057	3.954
Provisões de frete	15.093	9.873
Provisão para devolução	5.263	4.625
Provisões diversas	8.476	5.435
Outras contas a pagar	1.018	49
	<u>65.907</u>	<u>23.936</u>

- (i) Durante o exercício findo em 31 de março de 2021, a Companhia criou um programa adicional de incentivos aos clientes focado na venda de produtos específicos e sujeito ao atingimento de indicadores de performance predefinidos. Complementarmente, a alteração do mix de produtos vendidos também gerou uma maior expectativa de pagamento de incentivos.

24 Provisão para contingências

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração avalia periodicamente os riscos contingentes, utilizando como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, tendo como objetivo classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme seja o caso, as análises dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia.

Destes, somente as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Composição dos saldos por natureza dos processos

	2021	2020
Tributários	369	1
Trabalhistas	97	98
Cível	<u>882</u>	<u>219</u>
Total	<u>1.348</u>	<u>318</u>

Movimentação dos processos por natureza durante o exercício

	Tributário	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de março de 2019	<u>-</u>	<u>1.151</u>	<u>219</u>	<u>1.370</u>
Adição	1	98	-	99
Baixas/reversões (a)	<u>-</u>	<u>(1.151)</u>	<u>-</u>	<u>(1.151)</u>
Saldo em 31 de março de 2020	<u>1</u>	<u>98</u>	<u>219</u>	<u>318</u>
Adição	368	41	663	1.072
Baixas/reversões	<u>-</u>	<u>(42)</u>	<u>-</u>	<u>(42)</u>
Saldo em 31 de março de 2021	<u>369</u>	<u>97</u>	<u>882</u>	<u>1.348</u>

- (a) A redução na contingência, em matéria trabalhista, deu-se em decorrência de evolução processual mediante acordo junto ao reclamante, homologado em setembro de 2019, conforme Ata de Audiência, informado pelos Assessores Jurídicos da Companhia.

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia possui ações classificadas pela Administração como riscos possíveis, para as quais não há constituição de provisão e estão estimadas em R\$ 171.802 em 31 de março de 2021 (R\$ 160.862 em 2020).

Dentre as causas possíveis, merecem destaque aquelas relevantes que versam sobre as seguintes matérias:

A ação de natureza cível está relacionada ao processo 0004853-39.2012.8.05.0027, movido em 2012 e o valor atualizado em 31 de março de 2021 totaliza R\$ 42.349 (R\$ 36.601 em 2020). Julgamento em 1ª instância favorável a Sumitomo/Nufarm à Companhia, o Tribunal de Justiça anulou a sentença, determinando o retorno do processo para instrução processual. Considerando que o ônus probatório é do autor (Código Civil), que deve provar o dano alegado através de perícia técnica (ineficiência do produto), a expectativa é pela improcedência da ação, tendo em vista a inviabilidade de produção da prova após decorrido 9 anos do suposto ato ilícito indenizável.

Há ações ambientais no montante de R\$ 23.807 (R\$ 22.454 em 2020) movidas em dezembro de 2017 relacionados a pedidos de indenização por danos morais e materiais supostamente sofridos em virtude de derramamento clandestino por terceiros, de produtos químicos na área da comunidade onde residem os autores, teria possivelmente contaminado o solo. Alguns desses processos, não houve sequer a citação da Companhia, pois os autores não demonstraram os requisitos necessários à concessão da justiça gratuita e o juiz determinou a intimação deles para atenderem ao despacho judicial sob pena de encerramento das demandas, e outros, após o indeferimento do pedido de justiça, foram arquivados em razão do não pagamento das custas judiciais.

As contingências de natureza tributária se referem aos autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará e estão relacionadas em grande parte a estorno de ICMS que atualmente totalizam R\$ 38.893, e a maior parte deles está aguardando análise técnica da defesa administrativa para posterior decisão da autoridade. Abaixo a Companhia apresenta o principal processo:

- **Processo nº 10380.730581/2013-67** - A Companhia recebeu auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil durante o período de 2013, quando foi questionada a dedutibilidade do ágio pago em aquisição de participação acionária da Agripec (razão social anterior da Nufarm), bem como a dedutibilidade de perdas em operações no mercado de opções ocorrida no exterior, no período de 2006 a 2008. O crédito tributário levantado pelo auditor fiscal, em valores originais, era de R\$ 25.919 a título de Imposto de Renda e R\$ 9.361 a título de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, os quais, atualmente, somados e atualizados, perfazem a quantia de R\$ 38.850. O processo encontra-se atualmente em 3ª instância administrativa, com decisão desfavorável à Companhia, ao qual foram interpostos Embargos de Declaração para esclarecer pontos da decisão. Após a análise deste recurso o processo descenderá novamente para 2ª instância para cumprir determinação da 3ª instância e depois retornará à essa para nova análise. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, existem probabilidades de êxito, haja vista a existência de jurisprudências favoráveis sobre os assuntos. Estima-se um trâmite processual em torno de 10 a 15 anos para trânsito em julgado com provável ganho de causa.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 1º de abril de 2020, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária aprovando a transferência do controle societário da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A para o Grupo Sumitomo. A mudança societária ocorreu após aprovação sem restrições da aquisição da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. pela Sumitomo Chemical do Brasil Representações Ltda., através do Ato de Concentração nº 08700.005703/2019-67 nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, I, da Lei nº 12.529/11, c/c o art. 120, I, do Regimento Interno do Cade e publicação em Diário Oficial da União.

O capital social da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2021 é de R\$ 793.289.360,25 (setecentos e noventa e três milhões, duzentos e oitenta e nove mil, trezentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos) representado por 11.257.156 (onze milhões duzentas e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, estando assim distribuídas:

Composição	Capital social		
	Quantidade	%	Valor
Acionista			
Sumitomo Chemical do Brasil Representações Ltda.	11.257.155	100	793.289
Outros	1	-	-
Total	11.257.156	100	793.289

(i) Reserva de capital

A utilização da reserva de capital obedece aos preceitos do artigo 200 da Lei nº 6.404/76. Esta reserva está constituída da seguinte forma:

	2021	2020
Reserva de incentivo fiscal	165	165
Incentivos fiscais Sudene	3.266	3.266
	3.431	3.431

(ii) Reserva de lucro

Reserva de Incentivo Fiscal - Subvenção recebida no âmbito da Sudene

Durante o exercício findo em 31 de março, a Companhia registrou como reserva de incentivo fiscal o montante de R\$ 1.097 (4.694 em 2019), relativo às subvenções recebidas no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE nos períodos de 2014 a 2018. A classificação em conta de reserva de incentivo fiscal se deu em conformidade com o art. 195-A, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 11.638/2007.

Reserva de Incentivo Fiscal - Subvenção recebida no âmbito do FDI do Governo do Estado do Ceará

Durante o exercício findo em 31 de março, a Companhia registrou como reserva de incentivo fiscal o montante de R\$ 13.477 (R\$ 14.546 em 2019), relativo às subvenções recebidas no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), por meio do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial (PROVIN), concedido pelo Governo do Estado do Ceará, nos exercícios de 2011 a 2022. A classificação em conta de reserva de incentivo fiscal se deu em conformidade com o art. 195-A, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 11.638/2007.

Remuneração dos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório anual de 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. Nos exercícios encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, não houve distribuição de dividendos nem pagamento de juros sobre capital próprio visto a compensação de prejuízos acumulados.

(iii) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes os ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, em 31 de março 2021 resultou em R\$ 3.612 (R\$ 714 em 2020).

26 Receita de vendas

	2021	2020
Receita bruta		
Mercado interno	3.477.939	1.800.115
Mercado externo	8.362	4.175
Dedução da receita		
Devoluções, cancelamentos e incentivos de venda	(319.722)	(248.218)
Impostos incidentes sobre vendas	<u>(78.898)</u>	<u>(32.499)</u>
Receita líquida	<u>3.087.681</u>	<u>1.523.573</u>

A alteração do exercício social da Companhia, aliada à sazonalidade do agronegócio, impedem a completa comparabilidade nas linhas de Resultado desta Demonstração Financeira, tendo em vista que o resultado do exercício social atual contempla 12 meses, enquanto o anterior corresponde a um período de 8 meses.

As deduções da receita de vendas consistem em impostos, devoluções, abatimentos e incentivos de vendas. A Companhia concede ao cliente a opção de devolução conforme acordo comercial e calcula as provisões de devoluções com base no histórico dessa operação. Os incentivos de vendas são estimados considerando o tipo de cliente, o tipo de transação, as especificações de cada venda e o atingimento de indicadores de performance predefinidos pela Companhia.

27 Custos dos produtos vendidos e das mercadorias revendidas

	2021	2020
Matéria- prima	(1.613.603)	(721.917)
Produtos adquiridos para revenda	(754.609)	(372.303)
Embalagens	(96.599)	(49.190)
Mão-de-obra direta	(13.482)	(10.623)
Gastos gerais de fabricação	<u>(30.471)</u>	<u>(10.206)</u>
	<u>(2.508.764)</u>	<u>(1.164.239)</u>

A alteração do exercício social da Companhia, aliada à sazonalidade do agronegócio, impedem a completa comparabilidade nas linhas de Resultado desta Demonstração Financeira, tendo em vista que o resultado do exercício social atual contempla 12 meses, enquanto o anterior corresponde a um período de 8 meses.

28 Despesas administrativas e gerais

	2021	2020
Salários e benefícios	(78.655)	(47.193)
Honorários profissionais	(21.444)	(17.342)
Despesas tributárias	(16.421)	(10.281)
Depreciação e amortização	(8.323)	(4.305)
Depreciação – IFRS 16 (CPC 06)	(4.989)	(1.175)
Seguros	(3.157)	(4.880)
Locações diversas	(1.787)	(2.045)
Manutenção e conservação	(3.555)	(2.484)
Outros	(3.643)	(5.025)
	<u>(141.974)</u>	<u>(94.730)</u>

Conforme expostos na nota explicativa nº 27, a alteração do exercício social da Companhia, aliada à sazonalidade do agronegócio, impedem a completa comparabilidade nas linhas de Resultado desta Demonstração Financeira, tendo em vista que o resultado do exercício social atual contempla 12 meses, enquanto o anterior corresponde a um período de 8 meses.

29 Despesas com vendas

	2021	2020
Fretes sobre vendas	(101.409)	(60.823)
Salários e benefícios	(83.700)	(45.809)
Armazenagem	(11.936)	(13.120)
Honorários profissionais	(5.635)	(3.234)
Perdas dedutíveis de clientes (a)	(37.670)	(136)
Despesas com locomoção e viagens	(5.148)	(5.596)
Promoções, publicidades e ações de marketing	(42.578)	(24.214)
Depreciação e amortização	(6.319)	(3.752)
Seguro	(3.691)	(3.219)
Provisão para perdas de crédito esperadas (b)	(17.267)	(13.383)
Outros	(9.991)	(6.677)
Total	<u>(325.344)</u>	<u>(179.963)</u>
Perdas/Ganhos com recuperabilidade de contas a receber (a +b)	<u>54.937</u>	<u>13.519</u>
Despesas de vendas	<u>(270.407)</u>	<u>(166.444)</u>

A alteração do exercício social da Companhia, aliada à sazonalidade do agronegócio, impedem a completa comparabilidade nas linhas de Resultado desta Demonstração Financeira, tendo em vista que o resultado do exercício social atual contempla 12 meses, enquanto o anterior corresponde a um período de 8 meses.

30 Despesas financeiras, líquidas

	2021	2020
Despesas financeiras		
Variações cambiais passivas	(135.056)	(224.492)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(29.075)	(25.566)
Juros sobre debêntures	(9.029)	(9.639)
Ajuste a valor presente	-	(7.449)
Juros / multas fiscais de mora – REFIS	(271)	(635)
Juros	(134)	(161)
Juros sobre operações com partes relacionadas	-	(851)
Juros sobre operações de cessão de crédito	(25.133)	(6.216)
I.O.F.	(2.501)	(4.715)
Ajuste swap / derivativos	(38.248)	(4.584)
Provisão para recuperabilidade de outros investimentos	(8.093)	(4.014)
Outras despesas financeiras	(6.893)	(24.937)
	(254.433)	(313.259)
Receitas financeiras		
Juros ativos	10.358	9.720
Variações cambiais ativas	30.750	174.037
Descontos obtidos	411	66
Rendimento de aplicação financeira	3.046	770
Ajuste a valor presente	3.749	27.664
Ajuste swap / derivativos	113.116	54.711
Outras receitas financeiras	-	82
	161.430	267.050
	(93.003)	(46.209)

- (*) Conforme expostos na nota explicativa nº 25, a alteração do exercício social da Companhia, aliada à sazonalidade do agronegócio, impedem a completa comparabilidade nas linhas de Resultado desta Demonstração Financeira, tendo em vista que o resultado do exercício social atual contempla 12 meses, enquanto o anterior corresponde a um período de 8 meses.

31 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

De acordo com o andamento natural de seus negócios, a Companhia possui exposição a algumas perspectivas de risco, sendo em natureza de mercado (relacionados à oscilação das taxas de juros e variações cambiais), de crédito (relativo a suas vendas a prazo) e de liquidez (disponibilidade e acesso imediato a soluções de caixa). Seu devido gerenciamento reflete uma das principais responsabilidades da Administração.

A gestão de riscos da Companhia possui foco na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca mitigar potenciais consequências adversas no resultado financeiro, através da utilização de instrumentos de proteção que são integralmente reconhecidos em sua contabilidade e sem caráter especulativo. São adotadas estratégias operacionais na gestão de instrumentos financeiros a fim de gerar maior liquidez, segurança e rentabilidade por meio de monitoramento constante controles e rotinas de comparação entre as taxas contratadas e taxas de mercado.

A Companhia possui e segue uma política de gerenciamento de riscos que visa contribuir para um equilíbrio padrão entre os seus objetivos de evolução e retorno e seu nível de exposição a riscos, mesmo que sejam inerentes ao próprio período das suas atividades ou decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

Os instrumentos financeiros são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, exceto quando mencionado, em conta de ativo ou passivo, conforme o valor justo represente um saldo positivo ou negativo e podem ser designados ou não designados para *hedge accounting*. As variações periódicas de seu valor justo são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando for designado e qualificado para *hedge accounting*.

a. Instrumentos financeiros por categoria e evidenciação do valor justo

	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia de divulgação	Saldo contábil		Valor justo	
				2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Outros investimentos	15	Valor justo contra resultado	Nível 2	45.076	56.147	45.076	56.147
				45.076	56.147	45.076	56.147
Instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo							
Contrato a termo (NDF)		Valor justo contra resultado	Nível 2	13.359	7.558	13.359	7.558
Contrato de SWAP		Valor justo contra resultado	Nível 2	60.947	-	60.947	-
				74.306	7.558	74.306	7.558
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo							
Caixas e equivalentes de caixa	08	Custo amortizado	-	166.062	127.502	166.062	127.502
Contas a receber de clientes	09	Custo amortizado	-	1.920.640	1.884.988	1.920.640	1.884.988
Créditos com empresas ligadas	11	Custo amortizado	-	80.188	87.982	80.188	87.982
Outros créditos	13	Custo amortizado	-	19.977	27.790	19.977	27.790
				2.186.867	2.128.262	2.186.867	2.128.262
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
Derivativos designados para hedge accounting		Valor justo instrumentos de hedge	Nível 2	4.305	693	4.305	693
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Fornecedores	18	Outros passivos financeiros	-	1.180.194	1.065.373	1.180.194	1.065.373
Empréstimos em moeda nacional	19	Outros passivos financeiros	Nível 2	233.898	1.356.300	233.898	1.356.300
Empréstimos em moeda estrangeira	19	Outros passivos financeiros	Nível 2	920.937	38.800	920.937	38.800
Outras contas a pagar	23	Outros passivos financeiros	-	65.907	23.936	65.907	23.936
				2.400.936	2.484.409	2.400.936	2.484.409

(i) Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias padronizadas de avaliação. Contudo, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado, para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas de valor justo acima não obrigatoriamente indicam os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia mantém investimentos financeiros e operações de SWAP registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração está classificado no Nível 2, conforme previsto no IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.

(ii) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)

Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações financeiras como equivalentes de caixa se aproximam dos valores de realização, em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos financiamentos foi determinado com base no valor presente do principal e dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros pré ou pós fixados, negociadas junto às instituições financeiras e apuradas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia (vide nota explicativa nº 19).

Contratos de swap

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base no valor presente das taxas futuras nas datas de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Tais informações também são confrontadas com aquelas prestadas pelas instituições financeiras envolvidas.

Contas a receber, outros créditos, fornecedores e contas a pagar

Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, considerando que as operações realizadas em geral não ultrapassam o limite do curto prazo.

Outros investimentos

As operações de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e FIDC. Os valores relativos as cotas subordinadas e mezaninas são valorizadas com base no MTM disponibilizado pela empresa securitizadora.

Hedge accounting

O *Hedge* de fluxo de caixa é utilizado com frequência para os hedges de transações futuras altamente prováveis. A Companhia realiza operações de *Hedge* de fluxo de caixa para proteção cambial de compras futuras de insumos para produção.

(iii) Hierarquia do valor justo

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados está demonstrada a seguir:

- **Nível 1** - São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2** - São informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- **Nível 3** - São informações não observáveis para o ativo ou passivo.

(iv) Gerenciamento de riscos financeiros

Riscos de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito, em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber), incluindo depósitos em instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

Com relação aos depósitos e aplicações em bancos, transações cambiais e instrumentos financeiros, a Companhia adota como prática a manutenção das operações apenas com instituições financeiras que são consideradas pelo mercado como de primeira linha, mitigando o risco de crédito dos recursos aplicados nas respectivas instituições.

A Companhia possui uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos.

A determinação do limite ocorre por meio de análise de crédito, considerando: (i) informações cadastrais; (ii) informações econômico-financeira; (iii) histórico de compras e pagamento; (iv) informações restritivas de mercado, e (v) garantias.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a realização de análise técnica rigorosa na concessão de crédito e estabelecimento de limites de crédito aos clientes, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seus recebíveis. Desde agosto de 2012 a Companhia vem contratando seguro de crédito com a seguradora Crédito y Cauçion como ferramenta de mitigação de risco.

A exposição de crédito da Companhia está divulgada na nota explicativa nº 9, com a demonstração dos créditos por data de vencimento. Segue abaixo nossa matriz e percentuais aplicados:

Perda provável	A vencer	Vencidos	Renegociados	Acordo judicial	Disputa judicial	Dificuldade Financeira	Risco específico
A vencer	0,35%	0,35%	0,69%	1,39%	2,77%	60%	100%
< 360 dd		0,69%	1,39%	2,77%	5,54%	60%	100%
1-3 anos		11,09%	11,09%	11,09%	11,09%	60%	100%
3-5 Anos		20,00%	20,00%	20,00%	20%	60%	100%
5-6 Anos		40,00%	40,00%	40,00%	40%	60%	100%
6-7 Anos		60,00%	60,00%	60,00%	60%	60%	100%
7-8 Anos		80,00%	80,00%	80,00%	80%	60%	100%
8-9 Anos		100,00%	100,00%	100,00%	100%	60%	100%
9-10 Anos		100,00%	100,00%	100,00%	100%	60%	100%

A Companhia apresenta uma carteira de recebíveis bastante pulverizada, distribuída entre mais de 1.700 clientes ativos, não havendo, portanto, concentração de valores que coloque em risco a liquidez da carteira

Em 31 de março de 2021, a Companhia possui provisão perda esperada para crédito de liquidação duvidosa de clientes, no montante de R\$ 69.952 (R\$ 52.685 em 2020). Distribuída conforme quadro abaixo:

Perda provável	Perda provável	A vencer	Vencidos	Renegociados	Acordo judicial	Disputa judicial	Dificuldade Financeira	Total
A vencer	6.344	-	131	164	58	4.606	1.370	12.673
< 360 dd	-	47	17	18	55	3.869	1.370	5.376
1-3 anos	-	9	-	-	1.114	4.471	1.788	7.382
3-5 Anos	-	-	-	-	2.154	-	2.381	4.535
5-6 Anos	-	-	-	50	111	-	1.261	1.422
6-7 Anos	-	-	-	-	560	117	6.044	6.721
7-8 Anos	-	-	-	-	273	395	14.581	15.249
8-9 Anos	-	-	-	-	1.033	-	3.819	4.852
9-10 Anos	-	-	-	-	8.752	-	2.990	11.742
Total	6.344	56	148	232	14.110	13.458	35.604	69.952

A exposição máxima ao risco de crédito para “contas a receber” é o qual já está registrado em nota explicativa:

	2021	2020
Exposição com risco de crédito		
Contas a receber de clientes	1.990.592	1.937.673

Como o IFRS 9 (CPC 48) não define exatamente o que é um aumento significativo no risco de crédito, a administração optou por estabelecer regras que indicam um aumento significativo no risco de crédito com base em fatos e circunstâncias específicas. A avaliação é composta por elementos quantitativos, qualitativos e julgamentos baseados em indicativos de inadimplência, como atrasos, renegociações, disputas judiciais e performance da safra.

A Companhia reconhece a combinação de perdas de crédito esperadas em uma base coletiva e individual. Para mensurar coletivamente as perdas de crédito, a Companhia dividiu os recebíveis em grupos, considerando as características de risco de perda de seus recebíveis e aplicou taxas progressivas de risco para cada grupo, como mostra o quadro abaixo (*forward-looking*):



- **Recebíveis a vencer** - Contas a receber no vencimento com taxa de perda de crédito baseada em dados históricos;
- **Recebíveis vencidos** - Contas a receber vencidas há menos de 120 dias;

- **Recebíveis renegociados** - Contas a receber inicialmente vencidas, mas que foram renegociadas administrativamente e tiveram seus prazos estendidos;
- **Acordo judicial** - Contas a receber de clientes que estavam em disputa judicial e cujo acordo foi celebrado entre as partes.
- **Disputa judicial** - Contas a receber que estão em disputa na esfera judicial. A avaliação individualizada do risco tem como base fatores qualitativos não capturados através do modelo estatístico. Nessa avaliação, leva-se em consideração o contexto individual, as especificidades do cliente e as datas de vencimento das parcelas. O cálculo da perda esperada é realizado agrupando a dívida de cada cliente em disputa judicial pela data de vencimento da parcela mais antiga.
- **Recuperação Judicial - RJ** - Quando houver indícios de que o cliente entrar em processo de recuperação judicial, ou outra reorganização financeira. Nesse caso, a Companhia determinou em política que os recebíveis devem ser provisionados com base no histórico de perda nesses casos de RJ.
- **Análise específica de risco** - sempre que a Companhia tiver informações suficientes sobre o status de um cliente que possa levar a um default completo, esse devedor será tratado separadamente da matriz e esse recebível será 100% provisionado como perda.

As exceções a regra acima são tratadas individualmente e são justificadas e formalizadas.

Riscos de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos líquidos para honrar os compromissos financeiros da Companhia, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A Companhia gerencia o risco de liquidez de forma sistemática através de instrumentos de medição e monitoramento de liquidez como a projeção do fluxo de caixa para o período de 12 meses e o acompanhamento dos indicadores corporativos de liquidez. A partir deste monitoramento, a Companhia traça estratégias para otimização das disponibilidades, redução de capital de giro e ampliação das fontes de financiamento.

As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia concentram-se no próprio volume de recursos oriundos da comercialização de seus produtos, dos valores recebidos a título mútuo de partes relacionadas, de fontes tradicionais de financiamento bancário de curto e longo prazo e, ainda, de operações de securitização de recebíveis.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual dos passivos financeiros da Companhia que possuem prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

	Inferior a um ano	Um a três anos	Superior três anos
Fornecedores	1.180.194	-	-
Empréstimos e financiamentos	831.369	314.801	8.665
Passivos de Arrendamento	10.192	10.088	4.061

Risco cambial

Os resultados da Companhia estão sujeitos a variações relevantes em relação aos efeitos da volatilidade de taxa de câmbio sobre os ativos e passivos indexados a moedas estrangeiras, essencialmente ao dólar norte-americano, no tocante a recebíveis, importações de matérias-primas, financiamentos bancários e mútuos com partes relacionadas.

Como estratégia direcionada a mitigação dos efeitos da oscilação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia procura reduzir o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, seja através da proteção cambial natural de operações ativas e passivas, seja através da contratação de operações de instrumentos financeiros derivativos. Nesse sentido, a Política de *Hedge* tem como objetivo principal preservar a rentabilidade da Companhia contra potencial desvalorização cambial através de contratação instrumentos financeiros.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Mensal de Risco em consonância com as Políticas de *Hedge*. O Comitê estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições cambiais e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

A política prevê a proteção mínima de 80% da exposição líquida dos passivos e ativos da Companhia através de operações de NDF, Futuro BM&F, *Call Option*, *Put Option*, *Collar*, *Swaps*, que sempre devem ser aprovadas pelo Comitê Mensal de Risco.

Instrumentos derivativos adicionais e níveis de proteção abaixo do exigido por política devem ser aprovados no Comitê Mensal. A conformidade da política é reforçada através da elaboração de relatórios diários com a exposição cambial, posição detalhada de derivativos e marcação a mercado das operações. A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte - base em valores nominais:

	2021	2020
Exposição com moeda estrangeira – Ativos USD mil		
Contas a receber	60.424	122.788
Contas a receber – Partes relacionadas	891	763
Empréstimos concedidos - Partes relacionadas	14.075	16.924
	75.390	140.475
Exposição com moeda estrangeira – Passivos USD mil		
Fornecedores circulante	(71.664)	(75.229)
Fornecedores - Partes relacionadas	(50.133)	(66.669)
Empréstimos e financiamentos	(161.644)	(12.584)
	(283.441)	(154.482)
Exposição com moeda estrangeira - Hedges e Swaps USD mil	200.857	15.340
Exposição líquida USD mil	(7.195)	1.333

No âmbito da exposição cambial informada acima, abaixo quadro que contempla todas as operações da linha de Hedges e Swaps que totalizam o volume de US\$ 200.857.

Tipo	Banco	Posição	Forward (média)	Data Início	Data Liquidação	Total
NDF	BRABESCO	COMPRA	5,4025	29/12/2020 a 11/03/2021	05/04/2021 a 12/05/2021	4.000
NDF	ITAÚ	COMPRA	5,3600	30/12/2020 a 12/02/2021	05/04/2021 a 12/05/2021	6.415
NDF	MIZUHO	COMPRA	5,7500	01/02/2020 a 23/03/2021	23/04/2021 a 07/06/2021	16.600
NDF	MUFG	COMPRA	5,3333	08/02/2021 a 03/03/2021	07/05/2021 a 12/05/2021	7.600
NDF	SMBC	COMPRA	5,6187	05/02/2021 a 23/03/2021	04/05/2021 a 07/06/2021	7.180
SWAP	CA-CIB		5,4281	29/01/2021 21/09/2020 a	28/07/2023 30/06/2021 a	30.000
SWAP	MIZUHO		5,4799	03/03/2021 28/01/2021 a	29/09/2023 30/06/2021 a	43.707
SWAP	MUFG		5,3433	31/03/2021 29/07/2020 a	29/09/2023 28/07/2021 a	27.555
SWAP CÂMBIO FUTURO	SMBC ITAÚ		5,5446 5,3870	03/03/2021 29/03/2021	22/09/2023 01/04/2021	56.413 1.387
Total						200.857

Análise de sensibilidade - Risco cambial

Em 31 de março de 2021, a Companhia encerrou o exercício com uma exposição líquida passiva ao risco de câmbio no montante de US\$ 7.195 (US\$ 1.333 de exposição ativa em 2020) e o dólar encerrou com cotação de R\$ 5,6973 (R\$ 5,1987 em 2020). Considerando a manutenção da exposição cambial líquida no mesmo nível de 2021, o efeito líquido da valorização do dólar em relação ao real para cenários distintos (favorável e adverso) seria:

Risco: alta do dólar	Saldo em 31.03.21	Cenários		
		Provável	Possível	Remoto
		USD	USD +25%	USD +50%
	USD mil			
		5,6973	7,1216	8,546
Exposição antes de Hedges	(208.052)	(1.185.335)	(1.481.663)	(1.778.012)
Hedges	200.857	1.144.343	1.430.423	1.716.524
	(7.195)	(40.992)	(51.240)	(61.488)
Exposição passiva líquida		-	(10.248)	(20.496)

	<u>Saldo em 31.03.20</u>	<u>Cenários</u>		
		<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remoto</u>
		<u>USD</u>	<u>USD+25%</u>	<u>USD+50%</u>
	USD mil	5,1987	6,498375	7,79805
Exposição antes de hedges e swaps	(14.007)	72.818	91.023	109.227
Hedges & Swaps	15.340	79.748	99.685	119.622
	1.333	6.930	8.662	10.395
Exposição passiva líquida		-	1.732	3.465

Riscos da taxa de juros

Este risco surge da possibilidade de existirem oscilações relevantes nas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos captados no mercado e indexados a taxas de juros variáveis (CDI e TJLP). Em 31 de março de 2021, o cenário de exposição atrelado a estas taxas totalizava o montante líquido passivo de R\$ 988.576 (R\$ 1.243.591 em 2020). A análise de sensibilidade levou em consideração

	2021	2020
Ativos financeiros	129.618	109.470
Passivos financeiros	<u>(1.118.194)</u>	<u>(1.344.061)</u>
Risco líquido total	<u>(988.576)</u>	<u>(1.234.591)</u>

A análise de sensibilidade considera a exposição líquida das aplicações financeiras atreladas à CDI no valor de R\$ 129.618 em 31 de março de 2021 (R\$ 109.470 em 2020), deduzido do saldo dos empréstimos e financiamentos também atrelados a CDI no montante de R\$ 1.103.098 em 31 de março de 2021 (R\$ 1.331.279 em 2020) e, ainda, o saldo atrelado à TJLP no valor de R\$ 15.095 em 31 de março de 2021 (R\$ 12.782 em 2020). Tal análise leva em consideração três cenários, onde o cenário provável reflete a previsão do mercado para a taxa de juros futura e os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco em 25% e 50%, respectivamente.

Na avaliação da Administração, a redução de 25% e 50% no CDI e na TJLP trariam um impacto positivo de R\$ 734 e R\$ 1.474 em 31 de março de 2021 (impacto positivo de R\$ 953 e R\$ 1.914 em 2020), no resultado financeiro da Companhia.

Levando em consideração o atual cenário econômico nacional e, tendo em vista as projeções de mercado para o comportamento das taxas Selic e TJPL, a Administração da Companhia entende como moderado o risco de variações materiais nestas taxas para o próximo exercício.

Análise de Sensibilidade 2021	Saldo Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível +25%	Cenário Remoto +50%	Cenário Possível -25%	Cenário Remoto -50%
Total de ativos financeiros	129.618	129.622	129.687	129.752	129.557	129.492
Total de passivos financeiros	<u>(1.118.194)</u>	<u>(1.118.194)</u>	<u>(1.118.987)</u>	<u>(1.119.774)</u>	<u>(1.117.395)</u>	<u>(1.116.590)</u>
Risco líquido total	<u>(988.576)</u>	<u>(988.572)</u>	<u>(989.300)</u>	<u>(990.022)</u>	<u>(987.838)</u>	<u>(987.098)</u>
Impacto no P&L	-	-	<u>(728)</u>	<u>(1.450)</u>	<u>734</u>	<u>1.474</u>

Análise de Sensibilidade 2020	Saldo Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível +25%	Cenário Remoto +50%	Cenário Possível -25%	Cenário Remoto -50%
Total de ativos financeiros	109.470	109.684	109.737	109.789	109.631	109.578
Total de passivos financeiros	<u>(1.344.061)</u>	<u>(1.344.061)</u>	<u>(1.345.059)</u>	<u>(1.346.048)</u>	<u>(1.343.055)</u>	<u>(1.342.041)</u>
Risco líquido total	<u>(1.234.591)</u>	<u>(1.234.377)</u>	<u>(1.235.322)</u>	<u>(1.236.259)</u>	<u>(1.233.424)</u>	<u>(1.232.463)</u>
Impacto no P&L	-	-	(945)	(1.882)	953	1.914

Gestão de capital

Os objetivos da Administração na gestão do capital da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de retorno ao acionista e manter uma sólida base de capital para ampliar a confiança do investidor, do credor e do mercado além de possibilitar o desenvolvimento do negócio.

A Administração monitora o capital, através da análise de sua situação financeira, por entender que este indicador reflete de forma mais adequada o nível de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2021	2020
Total dos empréstimos e financiamentos	1.154.835	1.395.100
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(166.062)	(127.502)
Dívida líquida	<u>988.773</u>	<u>1.267.599</u>
Total do patrimônio líquido	<u>846.258</u>	<u>825.876</u>
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido (%)	<u>116,8%</u>	<u>153,5%</u>

A variação do índice de alavancagem financeira é representada pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido. O indicador ao final de 31 de março de 2021 foi de 116,8% (153,5% em 2020). A redução apontada neste indicador deu-se, principalmente, pela diminuição do endividamento da Companhia, conforme nota explicativa nº 19.

32 Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social correntes

A composição da despesa do imposto de renda e contribuição social corrente debitada no resultado da Companhia, em 31 de março de 2021 e 2020, é demonstrada como segue:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	22.771	57.432
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas fiscais combinadas de 25% e 9%	(7.742)	(19.527)
Adições temporárias e permanentes		
Provisão de fretes	32.623	22.462
Provisão para rebates – Incentivo de venda	43.378	14.356
Ajuste a valor presente	161.230	54.302
Ajuste a valor justo	19.234	11.428
Variação cambial	337.767	136.309

**Sumitomo Chemical do
Brasil Indústria Química S.A.**
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2021

	2021	2020
Participação societária avaliada por equivalência patrimonial	-	365
Depreciação Lei nº 11.638/07	288	177
Destinação para Lei de incentivo	66	119
Outras provisões *	53.493	21.385
Outras adições	<u>10.841</u>	<u>5.476</u>
	<u>658.920</u>	<u>266.379</u>
Exclusões temporárias e permanentes		
Provisão de fretes	(30.848)	(24.169)
Provisão para rebates – Incentivo de venda	(32.891)	(17.941)
Ajuste a valor presente	(182.914)	(61.816)
Ajuste a valor justo	(19.979)	(15.597)
Variação cambial	(315.051)	(146.006)
Participação societária avaliada por equivalência patrimonial	-	(1.094)
Depreciação Lei nº 11.638/07	(575)	(475)
Subvenção para investimento	(4.937)	(2.662)
Outras provisões *	(30.531)	(25.469)
Outras adições	<u>(6.453)</u>	<u>(2.329)</u>
	<u>(624.179)</u>	<u>(297.558)</u>
Outros ajustes		
Imposto de renda e contribuição social s/ Prejuízo fiscal	(10.074)	10.074
Ajuste decorrente de métodos de Preço de Transferência	-	149
Efeito da compensação 30% do prejuízo fiscal	(8.613)	1.450
Efeito do benefício fiscal da Lei do Bem	(3.697)	(3.404)
Efeito do adicional 10% cálculo do imposto de renda	(30)	(10)
Isenção incentivo do PAT	(355)	60
IR s/ Lucro da Exploração	(1.060)	(1.498)
Doações Incentiv. (Rouanet, Criança e Adolesc., Idoso, Esporte)	<u>(193)</u>	<u>(250)</u>
	<u>(24.022)</u>	<u>(6.572)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>18.461</u>	<u>(5.081)</u>
Alíquota efetiva	<u>81,07%**</u>	<u>(8,84%)</u>

* Outras Provisões – Consiste em provisões de impostos a recuperar, gratificações, operações estruturadas (securitizações) e outras receitas.

** Em virtude dos ajustes de adição e exclusão efetuados, os resultados mensais apresentaram lucros fiscais significativos, chegando a gerar imposto devido. Dessa forma, o IR e CSLL reconhecidos no resultado contábil quando comparado ao IR e CSLL no resultado fiscal, apresentou essa variação significativa.

33 Transações não caixa

Durante os exercícios de 31 de março de 2021 e 2020, a Companhia realizou as seguintes atividades não caixa que não são refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa:

	2021
Vendas de mercadorias por troca de créditos ICMS-SP	3.129
Financiamento de Tributos – PROVIN FDI	4.895
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	15.638
Aquisição de imobilizado	9.011
Baixa de imobilizado	154
Aquisição de intangível	90
Total	<u>32.917</u>
	2020
Vendas de mercadorias por troca de créditos ICMS-SP	3.112
Financiamento de Tributos – PROVIN FDI	3.177
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	10.142
Aquisição de imobilizado	1.670
Baixa de Imobilizado	5.988
Aquisição de Intangível	1.159
Total	<u>25.248</u>

* * *

Composição do Conselho de Administração

Juan Augustin Ferreira Espinosa
Presidente

Conselheiros

José de Paulo Fabretti

Kimitoshi Umeda

Tadashi Katayama

Composição da Diretoria

Fernando Henrique Bordoni Manzeppi
Diretor Presidente do Brasil

Iara Aparecida Lopes de Oliveira Souza
Diretora Financeira da América Latina

Luis Henrique Sanfelice Rahmeier
Diretor de Soluções e Portifólio da América Latina

Pedro Luiz Tagliari
Diretor de Supply Chain e Operações da América latina

Responsável Técnico

José Mário Façanha Júnior
Contador CRC CE 020824/O-8